

UM SUPERPORTO
DE ÁGUAS PROFUNDAS
INTEGRADO AO MAIOR
E MAIS EFICIENTE
COMPLEXO INDUSTRIAL
DA AMÉRICA LATINA.
CONHEÇA
O SUPERPORTO DO AÇU.



A LLX, empresa de logística do Grupo EBX, nasceu para prover o país com infraestrutura, principalmente no setor portuário. O Superporto do Açu, em construção em São João da Barra, no norte do Estado do Rio de Janeiro, é o maior investimento em infraestrutura portuária das Américas. Com 17 km de píeres, 40 berços para atracação de navios de grande porte, incluindo chinamax, e movimentação prevista para até 350 milhões de toneladas por ano, o empreendimento será um dos 3 maiores portos do mundo.

Localizado a 150 km da Bacia de Campos, responsável por 85% da produção brasileira de petróleo, o Superporto do Açu se consolida como importante polo de apoio para a indústria de petróleo e gás.

Integrado à malha ferroviária e rodoviária nacional, o empreendimento irá abrigar siderúrgicas, cimenteiras, polo metalmeccânico, o maior estaleiro das Américas - desenvolvido pela OSX, o maior complexo termelétrico do Brasil (5.400 MW) - desenvolvido pela MPX, Unidade para Tratamento de Petróleo, indústrias de apoio offshore e de tecnologia da informação que constituirão o futuro vale do silício brasileiro. O complexo industrial poderá atrair mais de US\$ 40 bilhões em investimentos, com geração de mais de 50 mil empregos.

Revolucionar a logística portuária brasileira. Esse é nosso compromisso.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da LLX Logística S.A. (“LLX” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

1. Mensagem da Administração - LLX

O ano de 2011 foi marcado pelo sucesso na obtenção de licenças, que possibilitou o início das obras no terminal *onshore*, TX2, e com isso o extraordinário avanço na parte comercial que culminou com a celebração de contratos vinculantes de aluguel de área com as empresas de apoio a indústria *offshore* de petróleo e gás NKT Flexibles, Technip e InterMoor. Além disso, no Terminal *offshore*, TX1, concluímos a construção do pier de minério de ferro e evoluímos bastante na execução do projeto da LLX Minas Rio que atualmente encontra-se em estágio avançado de construção e com previsão de conclusão para 2013.

No primeiro trimestre de 2011, foi emitida a Licença Prévia para a construção do canal *onshore* no TX2, o primeiro passo na grande criação de valor para todos os acionistas da Companhia. O TX2 é um terminal *onshore* composto por um canal de 6,5 km de extensão e 300m de largura, com 13 km de cais e profundidade que varia entre 18,5 m e 10 m. Com 8 milhões de m² de área total, o TX2 possui 2 milhões de m² para a instalação de indústrias de apoio *offshore* e se qualifica para tornar-se o mais importante pólo de apoio para a indústria de petróleo e gás. Além disso, é capaz de movimentar produtos siderúrgicos, carvão e grânéis sólidos e líquidos.

Ainda no IT'11, a contratação do empréstimo ponte de aproximadamente R\$470 milhões com o Banco Bradesco reforçou o caixa da LLX a fim de cumprir com o seu plano de investimentos, enquanto negocia e estrutura financiamento de longo prazo com BNDES e outras fontes de financiamento para *Project Finance*.

Em seguida, a Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) autorizou a construção de uma Unidade de Tancagem e Tratamento de Petróleo (“UTP”) no Complexo Industrial do Superporto do Açu, com uma capacidade de armazenamento estático de 14 milhões de barris e de processamento de 1,2 milhão de barris por dia. Esta autorização capacitou o TX1 a condição de melhor alternativa para a indústria de Petróleo, que busca opções para o crescimento da produção, redução de custos com fretes e adição de valor ao seu produto final. O TX1 ocupará um lugar de destaque na prestação de serviços portuários para a indústria de petróleo e gás, pois está localizado no ponto da costa brasileira mais próximo da Bacia de Campos, a um raio de apenas 150 km a partir do Terminal Portuário, onde se encontra aproximadamente 85% da produção atual de petróleo do Brasil.

Com a Licença de Instalação para a construção do canal *onshore* no TX2 emitida em junho, foi possível a contratação das empresas Boskalis e Acciona a fim de iniciar imediatamente os trabalhos para a dragagem e construção dos blocos de concreto que formarão uma grande barreira de proteção (quebra-mar) para abrigar as embarcações que acessarem o canal. As obras para construção do canal encontram-se rigorosamente dentro do cronograma e do orçamento comunicados ao mercado. Em março de 2012, o canal já se encontrava com 1,5 km de extensão, 300 metros de largura e 8,5 metros de profundidade.

A assinatura do Memorando de Entendimentos com a Ferrovia Centro-Atlântica (“FCA”), no terceiro trimestre de 2011, teve como objetivo desenvolver em conjunto um estudo de viabilidade para a recapacitação da linha litorânea, que liga a cidade de Ambaí ao Superporto do Açu, passando por Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. Este trecho ferroviário interligará o Superporto do Açu a rede nacional atraindo empresas de diversos setores que desejam uma logística integrada e eficiente conjugando ferrovia e terminal portuário. Este estudo foi concluído no final do ano passado.

A obtenção pela Ternium de sua Licença Prévia, em outubro de 2011, para a instalação de uma usina siderúrgica com capacidade para até 8,4 milhões de toneladas, também foi uma conquista importante que demonstra a vocação do Superporto do Açu como destino preferencial para empresas líderes nos seus setores.

O Acordo firmado para a instalação da Unidade de Construção Naval Açu da OSX, além de uma importante receita oriunda do aluguel desta área, prevê que a OSX contribua com 51% dos investimentos relativos à obra do canal e outras despesas de infraestrutura do Complexo Industrial.

Por fim, tivemos excepcionais notícias na frente comercial, que foi capaz de celebrar contratos vinculantes com empresas da área de apoio *offshore* que buscavam alternativas para a instalação de suas novas unidades industriais no Brasil. Os contratos assinados com as empresas NKT Flexibles, Technip e InterMoor demonstram as vantagens competitivas que o TX2 apresenta para a indústria de apoio *offshore*.

Iniciamos o ano de 2012 bastante entusiasmados com as grandes oportunidades que vemos a nossa frente, tanto nas áreas de engenharia, executando as obras do investimento, quanto na área comercial, atraindo novas empresas a instalarem suas fábricas no Superporto do Açu, ajudando a tornar o Superporto do Açu o maior complexo porto indústria da América Latina e um dos três maiores do mundo.

Agradecemos o apoio dos nossos Acionistas e Colaboradores nas conquistas alcançadas em 2011 e contamos com a energia de todos para irmos ainda mais longe. Reafirmamos o compromisso da administração e equipe da LLX de seguir trabalhando motivados em contribuir para a eficiência da infraestrutura portuária do nosso País.

A Administração

2. Principais Eventos de 2011

Após a Marinha do Brasil ter concedido, em 2010, autorização para o desenvolvimento do canal *onshore*, a Comissão Estadual de Controle Ambiental aprovou, em fevereiro de 2011, a Licença Prévia para a Unidade de Construção Naval da OSX (“UCN Açu”), incluindo o canal interno de navegação, viabilizando assim a implementação do TX2.

Em março de 2011 a MPX, empresa de energia do Grupo EBX, obteve a Licença Prévia para uma termoeleétrica a gás natural de 3.300 MW, no Complexo Industrial do Superporto do Açu. A Licença Prévia, combinada com a Licença de Instalação, já obtida pela MPX para construção de uma usina de 2.100 MW, fazem da MPX Açu o maior complexo de geração de energia térmica do Brasil, com 5.400 MW de capacidade instalada. O benefício da autoprodução compartilhada irá favorecer as indústrias instaladas na retroárea do Superporto com energia a um custo reduzido em cerca de 30%.

Em maio de 2011, a LLX Açu assinou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco para a liberação de cerca de R\$470 milhões, com prazo de 2 anos, que estão sendo utilizados como ponte até a contratação do financiamento de longo prazo já em negociação com o BNDES e outras instituições. Estes recursos serão utilizados nas obras da infraestrutura portuária dos terminais TX1 e TX2.

A ANP concedeu, em junho de 2011, autorização para construção de uma UTP no Complexo Industrial do Superporto do Açu, com uma capacidade de armazenamento estático de 14 milhões de barris e de processamento de 1,2 milhão de barris por dia. A UTP, que já tinha obtido a Licença de Instalação do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (“INEA”) em setembro de 2010, contará com 28 tanques de armazenamento e será o maior terminal marítimo dedicado ao petróleo do Brasil e um dos maiores do mundo.

No mesmo mês, o INEA concedeu a Licença de Instalação do canal do TX2 e para a UCN Açu. A Licença de Instalação permitiu que a LLX e a OSX mobilizassem o canteiro de obras do canal em julho de 2011. Em paralelo, a OSX iniciou a construção da UCN Açu, que será o maior estaleiro das Américas.

Ainda no mês de junho, foi concluído o pier de minério de ferro que, com um calado de 21 metros, poderá atender navios graneleiros do tipo *capesize*, capazes de transportar mais de 200 mil toneladas. Com extensão de 444 metros e capacidade para dois berços de atracação, o pier estará equipado e preparado para movimentar mais de 60 milhões de toneladas de minério de ferro, atendendo aos 26,6 milhões de toneladas da Anglo American, que chegarão ao Superporto do Açu através de mineroduto, além da demanda de terceiros. Em sua segunda fase, com extensão de 890 metros, o pier será capaz de movimentar até 100 milhões de toneladas de minério de ferro e capacidade para quatro berços de atracação.

A LLX celebrou com a FCA, em agosto de 2011, um memorando de entendimentos não vinculante para que possam, em conjunto, desenvolver estudos técnicos de viabilidade para a recapacitação de uma ferrovia que ligará o Superporto do Açu à região de Ambaí, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. Este trecho existente com aproximadamente 350 km em linha reta numa região de topografia plana, necessita de investimentos e é a parte inicial da Ferrovia Transcontinental (EF 354), projeto objeto de lei aprovada no Congresso Nacional e incluída no Plano Nacional de Transportes. A implantação deste corredor logístico irá integrar o

Superporto do Açu com a malha ferroviária nacional, beneficiando todas as empresas localizadas na região Sudeste, que concentra 75% do PIB brasileiro.

No terceiro trimestre de 2011, a Comissão Estadual de Controle Ambiental, concedeu Licença Prévia à Ternium para a construção de usina siderúrgica no Complexo Industrial do Superporto do Açu. A LP concedida autoriza a produção de até 8,4 milhões de toneladas de aço bruto por ano. O projeto aprovado contempla uma pelletizadora e uma planta siderúrgica integrada para produção de aço em placas e laminados.

Em outubro de 2011, a LLX celebrou com a NKTf contrato de arrendamento de área no TX2 do Superporto do Açu, para a instalação de uma unidade de produção de tubos flexíveis para apoio à indústria *offshore*. A partir da assinatura deste contrato, a LLX estima receber uma receita de aproximadamente R\$8 milhões por ano com tarifas portuárias e aluguel de área. A NKTf é a terceira maior fabricante de tubos flexíveis do mundo. No Brasil, a subsidiária assinou em maio de 2011, um contrato com a Petrobras com valor potencial de US\$1,86 bilhão para o fornecimento de até 694 km de tubos flexíveis. A NKTf estima um investimento de US\$200 milhões com a geração de 400 empregos diretos.

Em novembro de 2011, a OSX e a LLX Açu celebraram um acordo para a instalação da UCN Açu no contexto do Complexo e do Distrito Industrial de São João da Barra, implantado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – (“CODIN”). A LLX estima uma receita anual aproximada de R\$28 milhões, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. A OSX irá contribuir com 51% dos investimentos comuns relativos à obra do canal, incluindo a construção do quebra-mar e dragagem.

Em novembro de 2011, a LLX celebrou com a Technip Brasil, contrato de arrendamento de área no TX2 do Superporto do Açu, para a instalação de uma unidade de produção de tubos flexíveis utilizados na indústria *offshore* de Petróleo e Gás. A unidade de produção da Technip Brasil, com 500 m de frente de cais e 289.800 m² de área total, irá gerar uma receita de aproximadamente R\$22 milhões por ano com aluguel de área e utilização de infraestrutura. A Technip é líder mundial em gerenciamento de projetos, engenharia e construção para a indústria de óleo e gás. No Brasil obteve um importante contrato com a Petrobras no valor de US\$2,1 bilhões com duração de cinco anos que envolve a construção de 1.400 km de condutos flexíveis para transportar o petróleo extraído em águas profundas na costa brasileira. Estima-se que sejam investidos R\$650 milhões, com geração de 600 empregos diretos.

Ainda em novembro de 2011, LLX e GE assinaram protocolo de intenções para a instalação de unidade na retroárea do Superporto do Açu. A nova unidade pretende atender, dentre outros negócios, à demanda da indústria do petróleo *offshore*, suportando inclusive o atendimento de exigências de conteúdo nacional, às quais estão sujeitas muitas empresas com atividade no Brasil.

Em dezembro de 2011, a LLX Logística S.A. celebrou contrato com a InterMoor, empresa integrante do Grupo Acteon, contemplando o arrendamento de uma área total de 52.302 m² no TX2 do Superporto do Açu. A InterMoor irá instalar uma unidade que oferecerá apoio logístico e serviços especializados à indústria de óleo e gás. Com a assinatura deste contrato, a LLX estima uma receita de aproximadamente R\$3,6 milhões por ano com tarifas portuárias e aluguel de área. O Grupo Acteon é integrante do portfólio de investimentos do First Reserve, *private equity* global com foco de investimentos em energia e infraestrutura com US\$23,1 bilhões em ativos.

3. Cenário Setorial

O setor portuário no Brasil é regulado pela Constituição da República e pela Lei 8.630/93 (Lei dos Portos), a qual assegura o direito de exploração de terminais portuários privativos de uso exclusivo ou de uso misto por empresas privadas por meio de autorização da União (ANTAQ).

A lei que instituiu a ANTAQ (Lei 10.233/01) determina que a Agência é a responsável por conceder as respectivas autorizações para a construção e exploração de terminais portuários privativos, estabelecendo como diretriz a exploração das atividades em regime de liberdade econômica e livre competição

O Decreto Presidencial 6.620/08 determina que a sociedade que quiser construir e explorar terminal portuário privativo deve possuir carga própria, podendo esta carga ser da autorizada, de sua controladora ou controlada. Através das Resoluções ANTAQ 1.660/10 e 1.695/10, a movimentação de carga de terceiros foi regulada e o conceito de carga própria foi ampliado para abranger também cargas pertencentes a empresas do mesmo grupo econômico ou, ainda, cargas de empresas consorciadas no desenvolvimento do empreendimento.

O terminal privativo de uso misto da LLX Açu foi autorizado pela Resolução ANTAQ 1.742/10, expedida de acordo com o marco regulatório atual e que permite a movimentação de cargas do grupo econômico e de terceiros.

4. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas com seus investimentos e despesas relacionadas demonstram a fase de execução das obras para a construção do Superporto do Açu.

Apesar da fase pré-operacional, o ano de 2011 apresentou uma receita líquida de R\$15,6 milhões, 29% superior ao ano anterior. Este aumento ocorreu devido aos novos contratos assinados ao longo do segundo semestre com as seguintes empresas: OSX, NKTf, Technip e InterMoor, além do contrato já existente com a MPX.

As despesas administrativas somaram R\$149,8 milhões, refletindo a necessidade de um aumento da estrutura para suportar a aceleração no ritmo de execução das obras e a proximidade de mudança para a fase operacional.

O resultado financeiro líquido consolidado totalizou R\$53,9 milhões. A receita financeira de R\$133,3 milhões, composta por receitas com aplicações financeiras no montante de R\$46,3 milhões e receitas de juros com mútuo no valor de R\$79,1 milhões, foram parcialmente compensadas por despesas financeiras de R\$79,4, incluindo despesas com endividamento com bancos que elevaram as despesas com juros para R\$78,3 milhões.

Em função da entrada em vigor da Lei 11.638/07, a Companhia adotou o critério de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas despesas pré-operacionais dos empreendimentos da LLX. Com isso, a conta imposto de renda e contribuição social diferido foi credora em R\$29,1 milhões em 2011, enquanto que em 2010 foi de R\$21,1 milhões. Já a conta imposto de renda e contribuição social corrente apresentou uma despesa de R\$12,3 milhões em 2011 e de R\$20,9 milhões em 2010.

Com isso, o resultado apresentado pela Companhia em 2011 foi um prejuízo de R\$52,9 milhões, refletindo a fase final do período pré-operacional da empresa.

A Companhia encerrou o ano com uma posição de caixa de R\$407,6 milhões, um crescimento de R\$292,8 milhões com relação a posição de caixa do ano anterior de R\$114,7 milhões.

O endividamento da Companhia aumentou de R\$359,6 milhões, em 2010, para R\$919,3 milhões em 2011. Este incremento reflete a captação junto ao Banco Bradesco em maio de 2011, de um empréstimo ponte no montante de R\$467,7 milhões e 2 anos de prazo.

O imobilizado consolidado passou de R\$791,9 milhões no término do exercício anterior para R\$1.159,4 milhões no final de 2011. O aumento de R\$367,5 milhões está

5. Responsabilidade de Sócio-Ambiental

A LLX acredita que possui papel social estratégico e transformador nas áreas onde atua e, por isso, conduz seus projetos de forma sustentável, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Alinhada à Política de Sustentabilidade do Grupo EBX, a empresa adota e dissemina conceitos, práticas e procedimentos com foco em responsabilidade social empresarial.

Em 2011, a Companhia investiu cerca de R\$3 milhões em iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar. Entre elas está a doação de 5 tratores para as associações de produtores rurais de São João da Barra. A utilização dos tratores auxilia na preparação da terra para o plantio. Além disso, a LLX desenvolveu o Programa Cultivo Protegido, que possibilita a utilização de práticas sustentáveis de cultivo em estufas, agregando valor ao produto e a propriedade rural e possibilitando colheita durante o ano todo. Entre as outras ações desenvolvidas para este setor estão a doação de ônibus e caminhão para o transporte dos produtos agrícolas e auxílio jurídico para regulamentação das associações de agricultores.

A Companhia também desenvolveu uma série de iniciativas destinadas à comunidade pesqueira de São João da Barra. Desde 2008, já foram investidos R\$6,750 milhões no setor. Entre as ações realizadas em 2011 estão apoio técnico e doação de equipamentos, como kits de navegação e uma lancha. A LLX também iniciou a reforma de escola em Atafona, ao lado da colônia de pescadores, que será utilizada para cursos de capacitação para as famílias de pescadores.

Em junho, a LLX recebeu do INEA a Licença de Instalação para a construção do Entreposto Pesqueiro de São João da Barra. O Entreposto vai oferecer infraestrutura e suporte às atividades pesqueiras do município e da região em que o Superporto do Açu está sendo instalado. As obras foram iniciadas em janeiro de 2012. Além disso, em julho de 2011 a LLX concluiu a alfabetização de um grupo de pessoas no programa ABC de Ensino, que possibilita que os pescadores concluam o ensino fundamental (antiga 4ª série).

Em setembro, a LLX realizou a formatura de 213 alunos da 2ª etapa do Programa de Qualificação Profissional em São João da Barra. Desenvolvido em parceria com o SENAI, o programa capacita moradores do município para o mercado de trabalho. A Companhia já formou cerca de 800 pessoas na região e a previsão é que, até o final de 2012, sejam formadas mais 3.100 pessoas.

Em outubro, em parceria com a CODIN e a Prefeitura de São João da Barra, a Companhia lançou a Vila da Terra, assentamento rural destinado a famílias de produtores rurais de São João da Barra. No local, 90 áreas estão sendo destinadas a famílias desapropriadas para a criação do Distrito Industrial de São João da Barra, em implantação no município pela CODIN. Para definir quais famílias seriam reassentadas na Vila da Terra, foram estabelecidos alguns critérios como ser residente no local e a propriedade ser menor que 10 hectares. As propriedades da Vila da Terra são entregues com áreas equivalentes às anteriores, sendo que cada família recebe, no mínimo, 2 hectares – mesmo para aquelas que tinham áreas menores. Os outros proprietários, com áreas maiores que 10 hectares, já estão recebendo os valores correspondentes à desapropriação.

Do total de casas previstas, 36 já estão concluídas. Todas as casas são entregues com máquina de lavar, televisão, geladeira, fogão, computador, além dos móveis de sala, quartos e armários de cozinha. Os moradores também recebem as terras já preparadas para o cultivo, com o solo tratado e adubado, além de um pomar que está sendo preparado com 20 árvores frutíferas para consumo próprio.

A Vila da Terra foi desenvolvida de acordo com os padrões do Banco Mundial, referência internacional em reassentamento. Ela foi planejada com toda infraestrutura necessária ao pleno funcionamento, como ruas pavimentadas, quadra poliesportiva, centro comunitário, iluminação pública, rede de água e esgoto e centro comercial.

Na área ambiental, a LLX desenvolve programas voltados à recuperação e preservação do meio ambiente onde seus empreendimentos são instalados. No entorno do Superporto do Açu, a LLX criou, como medida socioambiental, em área própria de aproximadamente 40 km², a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de restinga do país.

A LLX também mantém, em São João da Barra, um viveiro específico para espécies nativas de restinga. As mudas são utilizadas para reflorestamento da área de restinga degradada antes do início da construção do Superporto do Açu. Até o momento já foram plantadas cerca de 100 mil mudas e, no total, serão plantadas 2 milhões de mudas de restinga em regiões próximas ao Superporto do Açu. Atualmente o viveiro possui mais de 200 mil embalagens prontas e semeadas.

Além disso, em parceria com o Projeto TAMAR (Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas), a LLX desenvolve um programa de monitoramento da desova de tartarugas marinhas em um trecho de 62 km de costa. Todos os dias, seis monitores, moradores locais treinados pelo TAMAR, percorrem um trecho de praia registrando qualquer ocorrência relativa às tartarugas marinhas.

A Companhia também desenvolve, em conjunto com o Grupo EBX, o projeto Corredor Ecológico do Muriqui, que abrange uma área de 400 mil hectares. Ele prevê a ampliação da área protegida da Mata Atlântica fluminense e a restauração de 9 mil hectares de floresta no Norte Fluminense. A região abriga o Muriqui, maior primata das Américas. Ameaçado de extinção, o macaco é um dos candidatos a mascote dos Jogos Olímpicos 2016.

6. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

As ações da LLX são listadas no Novo Mercado, nível mais elevado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, reforçando a importância do Mercado de Capitais para a Companhia.

No ano, as ações da LLX também foram destaque de liquidez no setor, com volume médio diário de R\$11,7 milhões e 2.699 negócios por dia.

Desde o dia 04 de janeiro de 2009, a LLX passou a integrar a carteira teórica do Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações por retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBOVESPA. O peso da LXLX3 no Ibovespa, com base na carteira em vigor no final de dezembro de 2011, é de 0,469%.

Em dezembro de 2010, a LLX possuía 693.417.077 ações. Desde sua listagem na BM&FBOVESPA, a LLX também possui *Global Depositary Receipts* - Nível 1 (“GDRs”). No final de 2010, os GDRs representavam 1.286.813 ações, ou 0,19% do capital social da LLX.

O Conselho de Administração da LLX é formado por 9 membros, dentre os quais 5 são independentes. O Conselho se reúne com periodicidade trimestral, além das reuniões extraordinárias agendadas conforme a necessidade. A LLX também possui um Comitê de Auditoria formado por 3 conselheiros independentes, que se reúne, no mínimo, uma vez por trimestre.

7. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

8. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/03 informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria externa para o Grupo LLX relacionados ao exame das demonstrações financeiras e serviços de consultoria. Em 2011, os trabalhos efetuados de serviços que não são de auditoria não superam a 1% dos honorários de auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Em conformidade com a Instrução CVM 308/99, a Companhia comunicou a CVM que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, substituirá a KPMG Auditores Independentes, a partir do ano de 2012, em função da obrigatoriedade do rodízio de auditorias para as empresas do Grupo EBX.

9. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM 480/09, os diretores da LLX declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

10. Orçamento de Capital

O relatório da administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados, as quais não fazem parte do escopo da auditoria.

Em reunião do Conselho de Administração da LLX, realizada em 12 de dezembro de 2011, foi aprovado o orçamento de 2012, no valor total de R\$840,3 milhões.

11. Agradecimentos

A Administração da LLX agradece aos senhores acionistas, aos governos federal, estaduais e municipais, aos parceiros e fornecedores, às comunidades das áreas onde a Companhia desenvolve seus projetos, e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação, compromisso, contribuição, e confiança ao longo de 2011, ano de grandes conquistas para LLX.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2012.

A Administração

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

		Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS				Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS		
Nota		2011	2010	2011	2010			Nota	2011	2010	2011	2010
Ativo												
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	8	244.180	23.196	407.585	114.747	Passivo						
Títulos e valores mobiliários	9	-	441	-	3.252	Circulante						
Despesas antecipadas		2.416	2.432	10.387	5.347	Fornecedores		1.851	710	63.792	23.182	
Impostos a recuperar	10	17.708	15.028	31.865	26.133	Empréstimos e financiamentos	23	-	-	413.031	-	
IRRF s/ aplicações financeiras		1.110	3	2.079	839	Partes relacionadas - notas de débitos	21	5.256	2.137	4.164	2.869	
Imposto de renda s/ mútuo		-	3.612	-	3.612	Receita diferida		-	-	1.702	-	
Adiantamentos diversos		1.203	110	1.795	190	Outras obrigações com terceiros	22	-	-	106.175	3.767	
Ativos disponíveis para venda	11	-	-	91.203	-	Impostos e contribuições a recolher	24	611	592	6.958	3.689	
Depósitos bancários vinculados	12	-	-	24.866	59.729	Imposto de renda e contribuição social a recolher	24	11.626	15.766	12.283	20.919	
Partes relacionadas - notas de débitos	21	647	-	17.401	-	Salários e encargos a pagar		11.437	7.593	20.183	11.333	
Partes relacionadas - mútuo	21	-	231.640	-	231.640	Outras provisões		2.489	1.439	3.395	2.090	
Outros valores a receber		112	250	2.353	643			33.270	28.237	631.683	67.849	
		267.376	276.712	589.534	446.132							
Não circulante												
Impostos a recuperar	10	-	-	-	758	Outras obrigações com terceiros	22	-	-	202.101	205.382	
Impostos diferidos	13	3.787	2.420	100.716	71.046	Empréstimos e financiamentos	23	-	-	506.270	359.587	
Imposto de renda s/ mútuo		20.300	10.312	20.959	12.831	Impostos e contribuições a recolher	24	-	-	20.126	12.198	
Depósitos judiciais	14	-	-	21.136	20.570	Imposto de renda e contribuição social a pagar	24	-	-	11.862	10.939	
Depósitos restituíveis	15	-	-	13.162	-	Impostos diferidos	13	-	-	102	-	
Partes relacionadas - mútuo	21	412.115	407.585	-	-	Obrigação ligada a retirada de ativos		-	-	97	99	
Créditos com terceiros	16	-	-	32.178	21.147	Provisão para contingências	25	-	109	390	1.740	
Outros créditos com terceiros	22	-	-	212.774	204.544	Parcelamento do direito de acesso		-	-	-	230	
		436.202	420.317	400.925	330.896	Outras obrigações		-	-	2.718	2.300	
								-	109	743.666	592.475	
Investimentos												
Participações societárias	17	240.490	268.716	-	-	Patrimônio Líquido						
Propriedade para investimento	18	-	-	95.176	-	Capital social		624.239	623.978	624.239	623.978	
		240.490	268.716	95.176	-	Reservas de capital		368.692	350.520	368.692	350.520	
Imobilizado												
Intangíveis	20	402	357	35.890	31.257	Ações em tesouraria		-	(182)	-	(182)	
		248.806	271.201	1.290.512	823.180	Prejuízos acumulados		(73.817)	(34.432)	(102.188)	(62.803)	
		952.384	968.230	2.280.971	1.600.208	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores						
								919.114	939.884	890.743	911.513	
						Participação de acionistas não controladores						
								-	-	14.879	28.371	
						Total do patrimônio líquido						
								919.114	939.884	905.622	939.884	
								952.384	968.230	2.280.971	1.600.208	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS	
		2011	2010	2011	2010
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	28	-	-	15.649	11.109
Lucro bruto		-	-	15.649	11.109
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas		(84.129)	(40.273)	(149.838)	(96.452)
Outras receitas		1.384	-	24.251	3.370
Outras despesas		(177)	(109)	(13.702)	(109)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(82.922)	(40.382)	(123.640)	(82.082)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	96.155	83.558	133.259	123.853
Despesas financeiras	30	(477)	(649)	(79.364)	(48.356)
		95.678	82.909	53.895	75.497
		(41.881)	(39.039)	-	-
		(29.125)	3.488	(69.745)	(6.585)
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	(11.626)	(15.766)	(12.283)	(20.919)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	1.366	(423)	29.151	21.121
Resultado líquido das operações em continuidade		(39.385)	(12.701)	(52.877)	(6.383)
Prejuízo do exercício das operações continuadas		(39.385)	(12.701)	(52.877)	(6.383)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	-	(18.998)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(39.385)	(12.701)	(39.385)	(12.701)
Acionistas não controladores		-	-	(13.492)	(12.680)
Prejuízo do exercício		(39.385)	(12.701)	(52.877)	(25.381)
Resultado por aço					
Prejuízo por aço ordinária - básico e diluído (em R\$)	27	(0,05680)	(0,01834)	(0,05680)	(0,01834)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital					Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	
Controladora		675.803	327.761	13.319	-	(21.731)	995.152
Saldo em 1� de janeiro de 2010		-	-	-	-	(12.701)	(12.701)
Prejuízo do exercício							
Transações com acionistas registradas diretamente no patrimônio líquido							
Contribuições e distribu��es para os acionistas							
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações - em 20 de setembro de 2010		106	-	-	-	-	106
Redução de capital - cisão parcial - LLX Sudeste S.A. e controladas em 28 de outubro de 2010		(52.557)	-	-	-	-	(52.557)
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações em 9 de dezembro de 2010		403	-	-	-	-	403
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações em 17 de dezembro de 2010		223	-	-	-	-	223
Opções sobre ações reconhecidas	31	-	-	9.440	-	-	9.440
Ações em tesouraria		-	-	-	(182)	-	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		623.978	327.761	22.759	(182)	(34.432)	939.884
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(39.385)	(39.385)
Transações com acionistas registradas diretamente no patrimônio líquido							
Contribuições e distribu��es para os acionistas							
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações - em 12 de dezembro de 2011		261	-	-	-	-	261
Opções sobre ações reconhecidas	31	-	-	18.172	-	-	18.172
Ações em tesouraria		-	-	-	182	-	182
Saldo em 31 de dezembro de 2011		624.239	327.761	40.931	-	(73.817)	919.114

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital					Ajuste ativo diferido Lei 11.638/07	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social	ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados			
Consolidado		675.803	327.761	13.319	-	(21.731)	995.152	(38.194)	956.958
Saldo em 1� de janeiro de 2010		-	-	-	-	(12.701)	(12.701)	-	(25.381)
Prejuízo do exercício									
Transações com acionistas registradas diretamente no patrimônio líquido									
Contribuições e distribu��es para os acionistas									
Reversão de ajuste de ativo diferido - cisão parcial Sudeste S.A. e controladas		-	-	-	-	-	9.799	9.799	3.240
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações - em 20 de setembro de 2010		106	-	-	-	-	-	106	-
Redução de capital - cisão parcial - LLX Sudeste S.A. e controladas em 28 de outubro de 2010		(52.557)	-	-	-	-	24	(52.533)	(75.056)
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações em 9 de dezembro de 2010		403	-	-	-	-	-	403	-
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações em 17 de dezembro de 2010		223	-	-	-	-	-	223	-
Opções sobre ações reconhecidas	31	-	-	9.440	-	-	-	9.440	-
Ações em tesouraria		-	-	-	(182)	-	-	(182)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		623.978	327.761	22.759	(182)	(34.432)	939.884	(28.371)	919.114
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(39.385)	(39.385)	-	(73.817)
Transações com acionistas registradas diretamente no patrimônio líquido									
Contribuições e distribu��es para os acionistas									
Aumento de capital em dinheiro - exercício opções de ações - em 12 de dezembro de 2011		261	-	-	-	-	-	261	-
Opções sobre ações reconhecidas	31	-	-	18.172	-	-	-	18.172	-
Ações em tesouraria		-	-	-	182	-	-	182	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		624.239	327.761	40.931	-	(73.817)	919.114	(28.371)	890.743

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	371.821	193.721
Outras receitas	1.384	-	41.495	15.635
	1.384	-	413.316	209.356
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.393)	(19.832)	(436.875)	(239.884)
Outros	(177)	(109)	(13.702)	(109)
	(32.570)	(19.941)	(450.577)	(239.993)
Valor adicionado bruto	(31.186)	(19.941)	(37.261)	(30.637)
Depreciação, amortização e exaustão	(544)	(200)	(11.321)	(14.471)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(31.730)	(20.141)	(48.582)	(45.108)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	(18.998)
Resultado de equivalência patrimonial	(41.881)	(39.039)	-	-
Receitas financeiras	96.155	83.558	133.259	123.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.366	(423)	29.151	21.121
	55.640	44.096	162.410	125.976
Valor adicionado total a distribuir	23.910	23.955	113.828	80.868
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	39.670	17.403	47.348	23.923
Benefícios	2.131	467	3.261	1.334
FGTS	1.165	184	1.501	561
Tributos				
Federais	16.006	16.697	26.957	25.850
Estaduais	-	-	47	27
Municipais	12	11	96	20
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	477	649	79.364	48.356
Aluguéis	3.834	1.245	8.131	6.178
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(39.385)	(12.701)	(39.385)	(12.701)
Participação dos não-controladores	-	-	(13.492)	(12.680)
	23.910	23.955	113.828	80.868

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LLX Logística S.A. (“LLX” ou “Companhia”) foi constituída em 1º de março de 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. Essas operações consistem principalmente no transporte e embarque de minério de ferro, cargas de terceiros de todo tipo, graneis sólidos (agrícolas e industrializados), líquidos e arrendamento de retroárea.

Todas as empresas controladas pela Companhia encontram-se em fase pré-operacional, à exceção da LLX Açú Operações Portuárias S.A., que neste ano de 2011 iniciou em parte sua atividade de arrendamento de retroárea. Entretanto, a Companhia mantém ainda o objetivo de desenvolver empreendimentos focados na prestação de serviços logísticos portuários, conforme detalhado a seguir:

Superporto do Açú

Está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Trata-se de um “Superporto” privativo de uso misto dentro do conceito de porto indústria, com profundidade de 21 metros, podendo alcançar 26 metros em uma segunda fase. Este complexo portuário divide-se em duas empresas:

• LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A. (“LLX Minas-Rio”), é condômina de uma área de 300 hectares, destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, além de ser co-proprietária da estrutura *offshore* formada por ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e de até quatro berços para carregamento de minério, com início previsto para o segundo semestre de 2013;

• LLX Açú Operações Portuárias S.A. (“LLX Açú”), com área de aproximadamente 9 mil hectares destinada a um complexo industrial, canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão, podendo contar com até 30 berços para carregamento de cargas variadas como produtos siderúrgicos, petróleo, carvão, granito, graneis sólidos, escória e ferro gusa. Em função da sua localização próxima às bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, o Superporto do Açú está estrategicamente posicionado para realizar consolidação e tratamento de petróleo, servir de base de apoio para operações *offshore* de exploração e produção e atrair empreendimentos dedicados à indústria de óleo e gás. Além do serviço de apoio logístico, a LLX Açú opera como arrendadora de parte de sua retroárea a líderes industriais do setor que estão em processo de instalação de seus empreendimentos na área. O início da operação portuária está previsto para o segundo semestre de 2013.

Porto Brasil

A Companhia suspendeu temporariamente, em outubro de 2008, as atividades de investimento no Porto Brasil, de sua controlada LLX Brasil Operações Portuárias S.A. (“LLX Brasil”), localizado em Peruibe, São Paulo, devido ao agravamento da crise mundial daquele ano, assim como, alteração no marco regulatório do setor portuário.

O imóvel identificado para o desenvolvimento deste projeto, localizado em Peruibe, São Paulo, é objeto de um processo administrativo de demarcação de terra indígena, iniciado pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio logo após a invasão do imóvel, ocorrida no mês de julho de 2000. Em decorrência deste processo, foi editada, em 19 de abril de 2011, a portaria nº 500 do Ministério da Justiça, pela qual foi delimitada a terra indígena denominada de “TI Piaçaguera” na quase totalidade do imóvel em questão.

No entanto, em função de inúmeras inconsistências e ilegalidades identificadas no processo administrativo de responsabilidade da FUNAI, com destaque na ausência de participação do Estado de São Paulo, que é legalmente exigida, foi interposto recurso hierárquico perante o Ministério da Justiça, onde hoje se encontra o processo. Também foi requerida a atribuição de efeito suspensivo à portaria do Ministério da Justiça nº 500/11 até o julgamento definitivo do recurso. Como fundamento do recurso apresentado, há farta jurisprudência e até mesmo um parecer expedido pela Advocacia Geral da União, que reforça a necessidade de oitiva dos Estados nos processos de demarcação.

Neste interim, houve a realização de perícia judicial no processo de reintegração de posse que tramita desde 2001 perante a 4ª Vara Federal de Santos-SP, que veio a concluir pela ausência de ocupação indígena anteriormente ao ano de 2000 no referido imóvel, fato novo de alta relevância para o desfecho e fundamento do recurso apresentado ao Ministério da Justiça.

Na presente data, pelo fato de não ter havido julgamento que acate o pedido suspensivo requerido no recurso administrativo dirigido ao Ministério da Justiça, é avaliada como possível a probabilidade de perda. Diante da evolução dos fatos, a Companhia continua avaliando a retomada do empreendimento, uma vez que a região carece de infraestrutura portuária eficiente para atendimento às demandas das indústrias locais.

Tanto assim que a ANTAQ – Agencia Nacional de Transportes Aquaviários incluiu a totalidade da área deste imóvel no Plano Geral de Outorgas que publicou em 2009, elegendo-a como área vocacionada à implantação de uma instalação portuária.

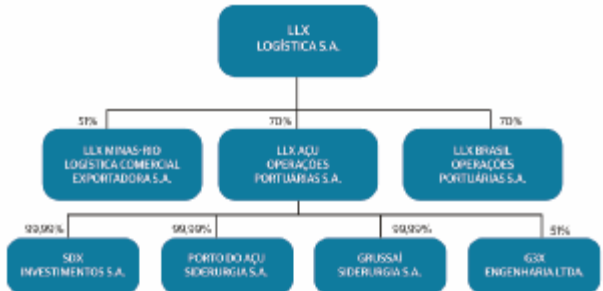
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo LLX (“LLX e empresas controladas”) apresenta a seguinte estrutura:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora - BR GAAP		Consolidado - IFRS	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício	(39.385)	(12.701)	(39.385)	(12.701)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	533	261	12.122	15.031
Baixa do imobilizado	31	-	31	1.691
Valor líquido na venda de ativo imobilizado	-	-	(13.774)	-
Resultado de equivalência patrimonial	41.881	39.039	-	-
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	5.946
Varição monetária e juros	(79.152)	(71.209)	26.682	12.359
Provisão para contingências	(109)	109	(1.350)	1.710
Provisão para bônus	4.127	(238)	5.965	9.648
Outros débitos	(80)	88	-	-
Constituição de reserva de capital plano de opção de compras de ações	18.171	9.440	18.171	9.440
Participações de acionistas não controladores	-	-	(13.492)	(12.680)
Provisão para perda de ativos	-	-	(2)	11
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	(210)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.366)	423	(29.150)	(21.157)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.626	(62)	12.283	27.273
	(43.723)	(34.850)	(21.899)	36.361
Variações nos ativos e passivos				
Redução em contas a receber	-	-	-	1.293
Redução nas operações de derivativos	-	-	-	7.096
(Aumento) em estoque	-	-	-	(1.121)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(3.757)	5.884	(6.214)	(7.307)
(Aumento) em ativos disponíveis a venda	-	-	(91.203)	-
(Aumento) redução em depósitos judiciais	-	-	1.279	(10.415)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	16	(2.171)	(5.040)	3.813
(Aumento) redução em adiantamentos	(1.093)	16	(1.605)	(5.643)
(Aumento) redução em depósitos bancários vinculados	-	-	34.863	(57.192)
(Aumento) em depósitos restituíveis	-	-	(12.198)	-
(Aumento) em créditos com terceiros	-	-	(10.243)	(71.597)
(Aumento) redução em outros créditos	138	(223)	-	(21.796)
Aumento (redução) em fornecedores	867	1	27.238	(7.241)
Aumento (redução) em juros pagos	40.904	(1.214)	24.836	(54.477)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(15.747)	84	(9.722)	4.434
(Redução) em obrigações com aquisições de investimentos	-	-	-	(2.870)
Aumento (redução) em salários e férias a pagar	848	260	4.480	(7.151)
Aumento (redução) em obrigações com terceiros	-	-	(24.427)	72.876
Aumento (redução) em outras obrigações	-	-	1.471	(7.267)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(21.547)	(32.213)	(88.384)	(128.204)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(5.947)	(1.704)	(501.473)	(381.780)
Recebimento pela venda do imobilizado	-	-	242.384	-
Aquisição em investimentos permanentes em outras sociedades	(303)	27.058	-	(4)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(13.352)	123.174	-	-
Aquisição de direitos de acesso	-	-	(1.224)	230
Aquisição de licenças de software	(172)	(129)	(1.138)	(617)
Aquisição de direito de uso de linha de transmissão	-	-	(4.167)	-
Marcas e patentes	-	-	(10)	-
Obrigações ligadas a retirada de ativos	-	-	-	22
Propriedade para investimento	-	-	(95.176)	-
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	6
Títulos e valores mobiliários	441	(441)	3.252	(3.252)
Créditos com pessoas ligadas:				
Empréstimos recebidos	215.761	-	215.761	-
Empréstimos concedidos	-	(332.344)	(25.529)	-
Empréstimos liquidados	42.541	29.869	-	-
Créditos com terceiros:				
Empréstimos concedidos	-	-	(7.867)	426.051
Empréstimos liquidados	-	-	-	(192.590)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	238.969	(154.517)	(175.187)	(151.934)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	261	732	261	732
Ações em tesouraria	182	(182)	182	(182)
Baixa de caixa investimento - cisão LLX Sudeste S.A.	-	-	-	(87.561)
Redução de capital - cisão LLX Sudeste S.A.	-	(52.557)	-	-
Débitos com pessoas ligadas:				
Empréstimos obtidos	-	-	1.295	-
Débito com terceiros:				
Empréstimos obtidos	3.119	1.400	649.421	-
Empréstimos liquidados	-	-	(94.750)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	3.562	(50.607)	556.409	(87.011)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	220.984	(237.337)	292.838	(367.149)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	23.196	260.533	114.747	481.896
No fim do exercício	244.180	23.196	407.585	114.747
	220.984	(237.337)	292.838	(367.149)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

Durante o ano de 2011, foram obtidas as seguintes licenças e autorizações:

Empresa	Tipo	Data de Emissão	Vigência
LLX Minas-Rio	Licença de instalação LI - INO16608, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente (“INEA”), para implantação de um terminal pesqueiro em uma área de 2.927 m², com área construída de 1.487,55 m², localizado em Atafona.	13/5/2011	13/5/2014
LLX Açú	Autorização nº 253 concedida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, na qual a LLX Açú fica autorizada a construir o Terminal Portuário Logístico do Açú, localizado no Município de São João da Barra, composto de tanques de armazenamento, dutos portuários do pier de recebimento, dutos portuários do pier de expedição e plataforma rodoviária contendo 3 ilhas de descarregamento para caminhões-tanque.	31/5/2011	2/12/2012
LLX Açú	Licença prévia de instalação - LPI INO16819, que aprova a concepção, localização e implantação de parcelamento de solo rural privado para uso residencial de ocupação permanente, de médio e baixo padrão, em área de 450 hectares, localizado no entroncamento da RJ 196 com a São João da Barra nº 34 - Barcelos.	7/6/2011	7/6/2014
LLX Açú	Autorização concedida pelo Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão seguindo o Processo 04967.017746/2010-75 para realizar obras de dragagem e construção de canais, molhes e espigões, integrantes do Terminal Sul do Superporto do Açú, em espaço físico em águas públicas sobre o mar, contíguo aos terrenos da Marinha ocupados regularmente pela Companhia.	8/9/2011	Indeterminado

3. ENTIDADES DO GRUPO

Controladas relevantes	País	Participação acionária	
		2011	2010
Controladas diretas:			
LLX Minas-Rio (*)	Brasil	51%	51%
LLX Açú	Brasil	70%	70%
LLX Brasil	Brasil	70%	70%
Controladas indiretas:			
GSA - Grussa Siderúrgica do Açú S.A. (“GSA”)	Brasil	70%	70%
SDX Investimentos S.A. (“SDX”)	Brasil	70%	70%
Porto do Açú Siderurgia S.A. (“Porto do Açú”)	Brasil	70%	70%
G3X Engenharia Ltda.(**)	Brasil	51%	-
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%

(*) Controle compartilhado, conforme o Acordo de Acionistas que garante os mesmos direitos à acionista Anglo American Participações em Mineração Ltda. (“Anglo American Participações”), detentora de 49% das ações.

(**) Em 14 de novembro de 2011, a Companhia adquiriu a Empresa G3X Engenharia Ltda. (“G3X”). O objetivo dessa aquisição foi obter em conjunto com a ARG Ltda., a Pedreira Sapucaia Ltda.(“Pedreira Sapucaia”) para principalmente suprir a necessidade de pedras que serão utilizadas na construção do Superporto do Açú.



LLX Logística S.A. - Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08
Bovespa: LLXL3

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS, seria pelo custo ou valor justo.

A Lei 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de *impairment*, o que está sendo adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43 (R1). De acordo com as IFRSs, receitas e despesas pré-operacionais devem ser registradas no resultado do exercício quando incorridas. Com a adoção das normas em IFRS, a Companhia registrou prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$252.766, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009. Consequentemente a diferença entre o patrimônio líquido individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e IFRS, respectivamente, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes no próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas Explicativas conforme abaixo:

- Nota Explicativa nº 13 – Impostos diferidos;
- Nota Explicativa nº 19 – Imobilizado (depreciação);
- Nota Explicativa nº 20 – Intangível;
- Nota Explicativa nº 25 – Provisão para contingências;
- Nota Explicativa nº 31 – Plano de opção de compra de ações; e
- Nota Explicativa nº 34 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle e/ou controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo LLX.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo LLX pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo LLX reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo LLX se torne uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores, bem como exista a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo LLX classifica os ativos financeiros não derivativos como ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor. Ademais, são utilizados na satisfação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, pelos valores líquidos de quaisquer efeitos tributários.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado alienado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

f. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo, desde o seu reconhecimento inicial. Essa opção faz com que o valor inicial seja mantido.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito, e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

g. Obras em andamento

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras do período, desde a sua construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de Bens em Operação.

h. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas ainda não identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos, exceto ágio, é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações decorrente de benefícios de curto prazo concedidos a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva (i.e. obrigação assumida publicamente) de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição (não de mercado) na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva (i.e. obrigação assumida publicamente) que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis pelo prazo contratual.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos, exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente inclui o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, sujeitos às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal a ser tomada. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; nestes casos, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis e receitas não tributáveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais poderão ser utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação e IAS 33 – *Earnings per Share*.

o. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são informados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento portuário e de administração de retroárea, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e seus efeitos no resultado da Controladora, primariamente aqueles relacionados à sede da Companhia, bem como ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.



LLX Logística S.A. - Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08
Bovespa: LLXL3

p. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionados (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representa informação financeira adicional.

q. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio do Grupo que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda, ou que é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vistas à revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de resultado abrangente são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Como mencionado na Nota Explicativa nº 7, tendo em vista a cisão parcial da LLX Sudeste, a Companhia demonstra em suas demonstrações financeiras o resultado das operações descontinuadas do exercício de 31 de dezembro de 2010.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas (“Standards”), emendas aos *Standards* e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo LLX exceto o IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelos IFRS 10 *Consolidated Financial Statments* e IFRS 11 *Joint Arrangements*, os quais podem ter impacto nas entidades consolidadas proporcionalmente, tais como a LLX Minas-Rio e a G3X. A Companhia não espera adotar esse *Standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida para a entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos dos IFRSs está condicionada à aprovação prévia, em ato normativo, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

6. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas referentes àquele ativo ou passivo.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo do plano de compra de ações dos empregados é mensurado utilizando-se o modelo *Black-Scholes*.

O valor justo das opções de ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as IFRSs emitidas pelo IASB, e inclui a controladora e suas controladas diretas e indiretas, assim como os fundos exclusivos demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

Em 9 de março de 2010, a LLX Açú adquiriu 800 ações ordinárias da companhia Parga Participações S.A. (“Parga”), que representam a totalidade de seu capital social, pelo preço de R\$1,00 cada. Nesta data, houve alteração da razão social de Parga para SDX Investimentos S.A. (“SDX”). Em 20 de abril de 2010, a LLX Açú transferiu 1 (uma) ação da SDX para a LLX, perfazendo 799 ações de propriedade da LLX Açú e 1 (uma) ação da LLX, pelo mesmo preço de compra. Essa empresa foi adquirida com o objetivo de estruturar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú. O valor de aquisição desta empresa foi de R\$800,00.

Em 9 de abril de 2010, LLX e LLX Açú adquiriram 800 ações ordinárias da Companhia Mercúrio Participações S.A. (“Mercúrio”), que representam a totalidade de seu capital social, pelo preço de R\$1,00 cada, sendo 799 ações adquiridas pela LLX Açú e 1 (uma) ação pela LLX, pelo mesmo preço de compra. Nessa data, houve alteração da razão social da Mercúrio para Porto do Açú Siderurgia S.A.. Essa empresa foi adquirida com o objetivo de viabilizar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú. O valor de aquisição desta empresa foi de R\$800,00.

Em 14 de novembro de 2011, a LLX Açú adquiriu da EBX Holding Ltda., pelo preço de R\$5.059, a quantidade de 5.100 ações ordinárias da G3X, que representam 51% da totalidade de seu capital social, em conjunto com a ARG Ltda. que detém 4.900 ações ordinárias, equivalentes a 49%. O objetivo principal da Companhia foi o de adquirir a Pedreira de Sapucaia Indústria e Comercio Ltda. (“Pedreira Sapucaia”), utilizando-a na exploração de pedras, que inicialmente, serão utilizadas na construção do Superporto do Açú. A Pedreira Sapucaia ainda não se encontra em operação.

Cabe ressaltar que as aquisições mencionadas anteriormente não foram caracterizadas como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 (R1) e IFRS 3 (*Business Combinations*).

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia alienou sua participação indireta na Siderúrgica Norte Fluminense S.A. (“SNF”), até então, controlada direta da LLX Açú. A venda foi efetuada por US\$46 milhões (equivalentes a R\$77.932) mediante o pagamento antecipado de US\$2 milhões (equivalentes a R\$3.388) à vista e US\$44 milhões (equivalentes a R\$74.544) condicionados ao cumprimento das cláusulas do contrato celebrado entre a LLX Açú e a Ternium Brasil Ltda. (“Ternium”) em 15 de setembro de 2010. Para fins de cálculo dos valores em Reais foi utilizada a taxa de câmbio de R\$/US\$1,6942, correspondente ao valor de fechamento na data da transação, publicada pelo Banco Central do Brasil. Esse montante a receber será deduzido até o limite do valor do empréstimo anteriormente concedido à SNF, que a Ternium utilizará no processo de desapropriação do terreno onde construirá a sua planta siderúrgica. O ganho líquido realizado nesta operação em 15 de setembro de 2010 foi de R\$3.365.

Em 30 de setembro de 2010, no Protocolo de Cisão Parcial da LLX, foi divulgado que o investimento na LLX Sudeste S.A. e suas controladas seria cindido e vertido à PortX Operações Portuárias S.A. (“PortX”), sendo homologado pelos acionista em AGE realizada em 28 de outubro de 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;

c. A participação dos acionistas não controladores, que representa as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo LLX, apresentadas separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;

d. Consolidação proporcional à participação da Companhia no capital da LLX Minas-Rio e da G3X, por se tratarem de companhias cujo controle é compartilhado, conforme as observações acima;

e. Os saldos das transações intercompanhias da controlada de controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

As empresas controladas em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras e no balanço patrimonial da controladora e consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Apresentamos a seguir o resumo do balanço patrimonial individual auditado, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, das controladas em conjunto LLX Minas-Rio e G3X, já considerado o percentual de participação de 51%, bem como o fluxo de caixa e o resultado das operações descontinuadas, derivadas da cisão parcial da LLX Sudeste S.A. como segue:

	LLX Minas-Rio	
	2011	2010
Balanço patrimonial - IFRS		
Ativo		
Circulante	114.346	19.615
Caixa e equivalentes de caixa	7.163	10.055
Impostos a recuperar	3.455	4.252
Depósitos vinculados	2.547	2.410
Despesas antecipadas	7.657	2.885
Ativos disponíveis para venda (a)	91.203	-
Créditos diversos	2.321	13
Não circulante	618.499	620.466
Depósitos judiciais	12.253	12.569
Impostos a recuperar	-	758
Impostos diferidos	32.259	26.634
Imobilizado	568.517	579.580
Intangíveis	5.470	925
	732.845	640.081
Passivo		
Circulante	551.749	448.038
Fornecedores	13.791	11.717
Salários e encargos	1.091	1.423
Impostos e contribuições a recolher	22.376	12.481
Partes relacionadas	514.491	422.417
Não circulante	46.347	46.893
Provisão para retirada de ativos e reflorestamento	97	97
Impostos e contribuições a recolher	11.862	10.939
Obrigações com terceiros	2.687	4.156
Receita diferida	31.701	31.701
Patrimônio líquido	134.749	145.150
	732.845	640.081
(a) Em 15 de julho de 2011, foi assinado o Acordo de Alocação de Ativos, entre a controlada LLX Minas-Rio e a Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (“AFMR”), controlada direta da Anglo American Participações, como demonstrado nas Notas Explicativas nº 11 – Ativos disponíveis para venda e nº 19 – Imobilizado.		
	G3X	
Balanço patrimonial - IFRS	2011	
Ativo		
Circulante	10	
Caixa e equivalentes de caixa	10	
Não circulante	10.837	
Outros créditos com terceiros	10.837	
	10.847	
Passivo		
Circulante	4.462	
Outras obrigações com terceiros	4.462	
Não circulante	-	
Patrimônio líquido	6.385	
	10.847	

Operações descontinuadas

Conforme a Nota Explicativa nº 7, quanto aos aspectos da cisão parcial da LLX Sudeste S.A., a parcela cindida foi constituída com base no balanço auditado de 31 de dezembro de 2009, ajustado às Informações Trimestrais do 1º e do 2º trimestres de 2010 em BR GAAP, já que, para fins societários, os padrões utilizados devem estar em conformidade com a Lei 6.404/76, ajustados aos CPCs e deliberados pela CVM.

Como referendado em AGE, datada de 28 de outubro de 2010, a redução do capital da Companhia foi de R\$52.557, passando de R\$675.909 para R\$623.352, conforme aprovado pelos acionistas da LLX. A parcela foi cindida e incorporada à PortX.

Demonstração do resultado das operações descontinuadas

	LLX Sudeste S.A.
	31/8/2010
	(2.411)
Receitas	4.978
Despesas/custos	(28.587)
Resultado antes dos impostos	(26.020)
Impostos sobre o lucro	7.020
Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social	(19.000)
Participação de acionistas não controladores	2
Resultado do período	(18.998)
Resultado por ação ordinária – básico e diluído	(0,0274)

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas

	LLX Sudeste S.A.
	2010
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(22.757)
Caixa líquido das atividades de investimento	(15.081)
Caixa líquido das atividades de financiamento	90.067
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	52.229

As participações nas empresas de controle compartilhado foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, receitas, custos e despesas destas entidades foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controle atribuível ao acionista.

Considerando a opção dada pelo pronunciamento CPC 19 (R1) item 38 e 39, emitido em 4 de agosto de 2011 e visando demonstrar os reflexos que poderão advir da adoção no Brasil do IFRS 11 – *Joint Arrangements* em 2013 a Companhia pretende optar, para fins das demonstrações consolidadas, por refletir seu investimento em empresas de controle compartilhado, pela utilização do método de equivalência patrimonial a partir do exercício de 2012.

Caso em 31 de dezembro de 2011 o método de equivalência patrimonial tivesse sido utilizado nas demonstrações para empresas controladas em conjunto, os efeitos no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidados teriam sido os seguintes:

	Saldo com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Balanço Patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	407.585	(7.173)	400.412
Outros	181.949	(107.183)	74.766
	589.534	(114.356)	475.178
Não circulante			
Participações societárias	-	143.338	143.338
Propriedade para investimento	95.176	-	95.176
Imobilizado	1.159.446	(568.518)	590.928
Outros	436.815	178.787	615.602
	1.691.437	(246.393)	1.445.044
	2.280.971	(360.749)	1.920.222
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	63.792	(13.793)	49.999
Empréstimos e financiamentos	413.031	-	413.031
Outros	154.860	(109.662)	45.198
	631.683	(123.455)	508.228
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	506.270	-	506.270
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11.862	(11.862)	-
Outros	225.534	(225.432)	102
	743.666	(237.294)	506.372
Patrimônio líquido			
Capital social	624.239	-	624.239
Reservas de capital	368.692	-	368.692
Prejuízos acumulados	(102.188)	-	(102.188)
Participação de acionistas não controladores	14.879	-	14.879
	905.622	-	905.622
	2.280.971	(360.749)	1.920.222
	Saldo com consolidação proporcional	Efeito de empresas de controle compartilhado	Saldo sem consolidação proporcional
Resultado			
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	15.649	-	15.649
Lucro bruto	15.649	-	15.649
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas			
Despesas administrativas	(149.838)	21.205	(128.633)
Outras receitas	24.251	(13.357)	10.894
Outras despesas	(13.702)	8.101	(5.601)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	(123.640)	15.949	(107.691)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	133.259	(965)	132.294
Despesas financeiras	(79.364)	1.041	(78.323)
	53.895	76	53.971
	-	(10.401)	(10.401)
Resultado de equivalência patrimonial			
Resultado antes dos impostos	(69.745)	5.624	(64.121)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.283)	-	(12.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.151	(5.624)	23.527
Resultado líquido das operações em continuidade	(52.877)	-	(52.877)
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(52.877)	-	(52.877)
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores	(39.385)	-	(39.385)
Acionistas não controladores	(13.492)	-	(13.492)
Prejuízo do exercício	(52.877)	-	(52.877)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	969	62	21.477	166
Aplicações financeiras	243.211	23.134	386.108	114.581
	244.180	23.196	407.585	114.747

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O fundo de investimento exclusivo é administrado pelo Banco Bradesco e lastreado em títulos públicos federais e em títulos privados (Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários - “CDB”) emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média sobre o DI CETIP (“CDI”) de 101,3% (marcação a mercado) e 101,6% (taxa nominal na curva).

A seguir, a composição da carteira de aplicações financeiras:

Natureza das aplicações - Controladora					
2011					2010
Títulos públicos	Operações compromissadas	CDB	Total	Total	
Instituição financeira					
Fundos exclusivos:					
Bradesco	2.223	174.195	66.793	243.211	15.982
Outras aplicações:					
Morgan Stanley	-	-	-	-	7.152
	2.223	174.195	66.793	243.211	23.134
Natureza das aplicações - Consolidado					
2011					2010
Títulos públicos	Operações compromissadas	CDB	Total	Total	
Instituição financeira					
Fundos exclusivos:					
Bradesco	3.530	276.538	106.035	386.103	107.429
Outras aplicações:					
Morgan Stanley	-	-	-	-	7.152
Itaú - Conta Remunerada	-	5	-	5	-
	3.530	276.543	106.035	386.108	114.581

Adicionalmente, conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações de fundos de investimentos exclusivos, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada o que faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

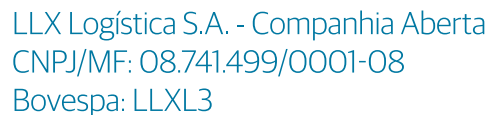
Os fundos exclusivos são regularmente revisados/auditados por auditores independentes e estão sujeitos às obrigações decorrentes do pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos financeiros, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas inerentes às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou ativas pertencentes à Companhia e a suas controladas que as garantam.

Os ativos financeiros, designados pelo valor justo por meio do resultado, são títulos patrimoniais que de outra maneira seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e são mensuradas pelo valor justo.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

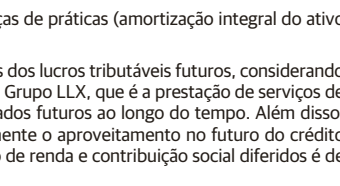
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Instituição financeira				
LFT	-	441	-	3.252

A Companhia classifica como títulos e valores mobiliários as operações relacionadas a títulos públicos federais (LFTs) com vencimento superior a 90 dias. Estes títulos foram resgatados em 22 de junho de 2011.



Controladora		Consolidado	
2011	2010	2011	2010
-	-	15	-
-	-	107	758
11.681	14.763	21.999	24.270
5.960	172	9.489	1.566
-	-	31	31
-	-	142	142
67	67	67	-
-	26	15	124
17.708	15.028	31.865	26.891
17.708	15.028	31.865	26.133
-	-	-	758

Controladas diretas	2010	Plano de opções de ações outorgadas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	2011
LLX Açú	101.533	303	-	(31.232)	70.604
LLX Brasil	19.828	-	13.352	(247)	32.933
LLX Minas-Rio	147.355	-	-	(10.401)	136.954
Outras	-	-	-	(1)	(1)
	268.716	303	13.352	(41.881)	240.490



Consolidado	2010		Movimentação		2011	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (*)	Custo	
Edificações	4.145	1.086	-	-	-	5.231
Benfeitorias em estradas e imóveis de terceiros	33.130	3.360	-	-	-	36.490
Instalações	921	347	-	51	-	1.319
Móveis e utensílios	1.155	802	-	257	-	2.214
Equipamentos de comunicação	217	199	(28)	-	-	388
Equipamentos de informática	1.608	674	(3)	51	-	2.330
Equipamentos de sinalização	586	-	-	-	-	586
Máquinas e equipamentos	501	2.025	-	298	-	2.824
Artefatos têxteis	40	52	-	-	-	92
Veículos	972	720	-	-	-	1.692
Terrenos	42.920	1.049	(5.589)	(249)	-	38.131
	86.195	10.314	(5.620)	408	91.297	
Adiantamentos para formação de imobilizado	90.010	240.549	(69.116)	(45.758)	-	215.685
Obras em andamento e equipamentos em construção	630.783	460.401	(153.905)	(58.724)	-	878.555
	720.793	700.950	(223.021)	(104.482)	1.094.240	
	806.988	711.264	(228.641)	(104.074)	1.185.537	



LLX Logística S.A. - Companhia Aberta
CNPJ/MF: 08.741.499/0001-08
Bovespa: LXLX3

(*) O montante transferido de R\$104.074 refere-se a R\$91.203 mencionado na Nota Explicativa nº 11 – Ativos disponíveis para venda, R\$12.177 para depósitos restituíveis, conforme Nota Explicativa nº 15, e R\$694 referente à parte do valor registrado em propriedade para investimento, conforme Nota Explicativa nº 18.

• *Obras em andamento e equipamentos em construção, incluindo ativos em condomínio*

- *Obras em andamento:* Composto principalmente por dragagem R\$138.635, juros capitalizados R\$23.042 e outros aplicáveis as obras portuárias R\$281.345.

- *Ativos em condomínio:* Conforme acordo de alocação de ativos, a controlada LLX Minas-Rio participa do ativo em condomínio com a AFMR. A posição em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte: ponte de acesso R\$108.889; quebra-mar R\$37.633; dragagem R\$52.733; píer de carregamento R\$27.948; píer provisório R\$22.539; píer dos rebocadores R\$14.342; ponte “onshore” R\$14.108; gerenciamento da obra R\$22.874; juros capitalizados R\$97.546 e outros R\$36.921.

• *Terrenos*

Em 23 de março de 2011, a LLX Açú vendeu para REX Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“REX”) a Fazenda Pontinhas, a qual fazia parte do acervo do Superporto do Açú. A baixa foi realizada pelo valor contábil de R\$5.425 que equivale a 60% do terreno registrado no montante total de R\$9.041. A venda de 60% foi efetuada pelo montante de R\$9.000, valor esse que se aproxima do valor de mercado. Os 40% restantes desse terreno, no montante de R\$3.616, serão alienados após a conclusão total do processo de desapropriação do restante do terreno, pelo montante de R\$3.000, perfazendo um preço total de venda de R\$12.000.

Esse terreno destina-se à construção da denominada “cidade X”, que estará localizada próxima às instalações do Superporto Açú.

• *Juros capitalizados*

Em 31 de dezembro de 2011, os custos dos empréstimos capitalizados em virtude das imobilizações em andamento totalizavam R\$136.910 (51% de R\$268.451) na controlada LLX Minas-Rio, com taxa de CDI + 5% a.a. (R\$69.189, em 31 de dezembro de 2010, 51% de R\$135.665). Desse montante, R\$20.427 (51% de R\$40.052) foi reclassificado para ativos disponíveis para venda, compondo o saldo apresentado na Nota Explicativa nº 11 e R\$18.937 (51% de R\$37.131) foi baixado na composição dos ativos em condomínio, em função do Acordo de Alocação de Ativos, remanesecendo o saldo de R\$97.546 (51% de R\$191.267) registrado como juros capitalizados.

Em função da nova captação de recursos descrita na Nota Explicativa nº 23, a controlada LLX Açú capitalizou R\$23.042 calculada à taxa efetiva de CDI + 4,23% a.a..

• *Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados*

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou a necessidade de realizar provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

20. INTANGÍVEIS

	Taxa anual de amortização %	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Direito de passagem (a)	33	-	-	790	377
Custos para retirada de ativos e reforestamento (b)	33	-	-	22	22
Direito de acesso (c)	3	-	-	29.856	29.856
Direito de uso linha de transmissão	-	-	-	4.167	-
Direito minerário (d)	-	-	-	33	33
Licença de uso de software	20	402	357	1.012	969
Marcas e patentes	-	-	-	10	-
		402	357	35.890	31.257

a. Direito de passagem

O direito de passagem da controlada LLX Minas-Rio por áreas de propriedades de terceiros será amortizado pelo prazo de vigência contratual, ou seja, três anos a partir da data de início da operação.

b. Custos para retirada de ativos e reforestamento

Referem-se aos custos para recompor as áreas quando o direito de passagem estiver extinto. Os custos para retirada de ativos serão amortizados pelo mesmo prazo do direito de passagem.

c. Direito de acesso

Em janeiro de 2008, a controlada LLX Açú celebrou com a LLX Minas-Rio um contrato de concessão de direito de acesso às instalações portuárias para carregar e descarregar navios no Superporto do Açú.

No contrato, a LLX Minas-Rio se comprometeu a não realizar futuras concessões para remessa de cargas, diferentes da carga do minério de ferro, para qualquer outra parte que não seja a LLX Açú ou autorizada pela mesma. Por outro lado, ficou estabelecido que a atividade de embarque de minério de ferro terá prioridade sobre os direitos de acesso concedidos.

Este contrato foi firmado pelo montante de R\$61.558 (R\$62.159, atualizado até a data de quitação) e tem prazo de 35 anos, renováveis por mais 35 anos, tendo sido integralmente liquidado pela LLX Açú em dezembro de 2009. O valor de R\$29.156 (49% da participação da Anglo American Participações na LLX Minas-Rio), não eliminado para fins de consolidação, será amortizado a partir do início das operações do Superporto do Açú.

d. Direito minerário

Refere-se à promessa de cessão de direitos minerários assinada entre a LLX Açú e a Riouna IO Mineradora Ltda. em 26 de fevereiro de 2009, referente à pesquisa mineral para a substância “Ilmenita” no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, em uma área de 1.967 hectares. O contrato é válido por prazo indeterminado.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O teste de valor recuperável dos ativos intangíveis foi realizado com base no Plano de Negócios das controladas da LLX, pois são parte integrante e indissociável dos empreendimentos de operação portuária, as unidades geradoras de caixa, sendo meros meios físicos para a execução do projeto maior, conforme Nota Explicativa nº 5.

Após efetuar os testes, a Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, membros da Administração e outras partes relacionadas.

Cumpr destacar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões usuais praticados no mercado.

No que se refere à LLX Minas-Rio, em julho de 2008 foi assinado acordo entre seus acionistas que regula os mútuos entre as partes. Sob a égide deste contrato, a LLX Minas-Rio recebeu até 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$808.389 (R\$820.147 em 31 de dezembro de 2010) de mútuos de seus acionistas, sendo 51% desse total (R\$412.115) da LLX. O quadro de movimentação apresenta apenas a parcela referente às contas a receber com a Companhia, incluindo juros, pois os demais recebíveis foram eliminados na consolidação à proporção de 51%, e os 49% da Anglo American Participações foram reclassificados para a rubrica “Outros Créditos e Obrigações com Terceiros”, conforme Nota Explicativa nº 22.

Os saldos de créditos e débitos decorrentes da operação de mútuo da LLX com a LLX Minas-Rio estão sujeitos à taxa de juros de CDI + 5% a.a., com vencimento em 31 de dezembro de 2014.

A EBX, empresa sob controle do Sr. Eike Fuhrken Batista, mantém contratos de compartilhamento dos custos administrativos com as empresas do Grupo LLX, e outras empresas sob controle comum.

Assim, as transações realizadas entre o Grupo LLX e demais empresas vinculadas ao Grupo EBX e seu controlador são enquadrados no conceito de partes relacionadas, previstos no CPC 05 (R1) e IAS 24. Nesse conceito são enquadrados os mútuos e as cobranças mensais a títulos de notas de débito, com prazo de vencimento de 30 a 60 dias, sem incidência de juros, tais como, MPX Energia S.A., MMX, AVX Tâxi Aéreo Ltda., etc.

A Companhia também foi avalista em garantia da Cédula de Crédito Bancário – empréstimo entre a LLX Açú e o Banco Bradesco S.A., e das obrigações da LLX Minas-Rio decorrentes do Contrato Global de Derivativos firmado com o HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo, Contrato Global de Derivativos firmado com o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., das obrigações com a Comercial Exportadora S.A. decorrentes do Contrato Global de Derivativos firmado com o Banco UBS Pactual S.A. e do contrato Global de Derivativos firmado com o Banco Morgan Stanley S.A., situação que permaneceu até outubro de 2010, quando houve a liquidação antecipada de todos os contratos em aberto de *hedge*.

• Governança Corporativa

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

O Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece que é dever de todo o Conselheiro zelar para que as transações entre partes relacionadas sejam conduzidas dentro dos parâmetros de mercado, em termos de prazos, taxas e garantias, bem como sejam divulgadas conforme determina a CVM.

Ademais, a Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, foram submetidas aos Órgãos Decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes, respeitados inclusive os limites de alçada para aprovações.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer Assembléia ou Reunião do Conselho ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Os saldos da Companhia, suas controladas e ligadas são apresentados a seguir:

Contas a receber				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
MPX	-	-	275	-
LLX Minas-Rio	412.115	406.329	-	-
LLX Açú	647	1.256	-	-
LLX Sudeste Ltda.	-	1.032	-	1.032
LLX Sudeste S.A. (a)	-	230.608	-	230.608
OSX (b)	-	-	17.126	-
	412.762	639.225	17.401	231.640
Circulante	647	231.640	17.401	231.640
Não circulante	412.115	407.585	-	-
Contas a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
LLX Açú	2.422	-	-	-
EBX	1.933	1.906	3.002	2.350
MMX	-	192	-	192
AVX Tâxi Aéreo Ltda.	-	39	261	327
MPX	631	-	631	-
LLX Sudeste S.A.	270	-	270	-
	5.256	2.137	4.164	2.869
Circulante	5.256	2.137	4.164	2.869
a) Em 6 de junho de 2011 a LLX Sudeste S.A. liquidou a obrigação no montante de R\$239.748, com a Companhia.				
b) Em 31 de outubro de 2011, a LLX Açú e a OSX Construção Naval S.A. (“OSX”) assinaram o acordo para a instalação da Unidade de Construção Naval (“UCN”) Açú, no complexo do Superporto do Açú. Nesse acordo as partes celebraram condições de atuação conjunta na construção do canal de acesso, que tanto atenderá a UCN como o Terminal Portuário TX2 da LLX Açú. Esse acordo também ampara o arrendamento de retroárea à OSX.				
Com relação às transações com partes relacionadas, o quadro abaixo demonstra o seu efeito no resultado por empresa:				
	Receitas - Efeito no resultado		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
LLX Minas-Rio	68.081	51.504	68.081	51.504
MPX (a)	-	-	3.442	12.502
LLX Açú	-	14.263	-	-
LLX Sudeste Ltda.	-	11.627	-	11.627
LLX Sudeste S.A.	-	20.704	-	20.704
	68.081	98.098	71.523	96.337



	Despesas - Efeito no resultado		Consolidado	
	Controladora		2011	2010
	2011	2010	2011	2010
EBX Holding	(15.164)	(9.459)	(20.053)	(11.907)
EBX Investimento	(1.296)	222	(1.226)	222
MMX	-	1	-	1
MMX Corumbá	-	-	-	13
MPX	(320)	-	(631)	-
AVX Tâxi Aéreo Ltda.	-	(39)	(66)	(1.559)
LLX Sudeste S.A.	-	-	270	-
	(16.780)	(9.275)	(21.706)	(13.230)

(a) No primeiro trimestre de 2010, a Companhia celebrou contrato de locação de uma área de até 224,38 hectares localizada na retroárea do Superporto do Açú, sendo inicialmente locados 74,79 hectares, com opção de ampliação para 149,59 hectares, no qual a MPX e sua controlada UTE Porto do Açú Energia S.A. (“UTE”) são locatárias.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2011	2010
Diretores:		
Salário	1.038	1.609
Pró-labore	2.359	1.976
Bônus (*)	2.378	1.173
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano empresa	1.835	60
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano controlador	10.404	7.743
	18.014	12.561
Comitê de Auditoria:		
Honorários	180	165
Conselho de Administração:		
Honorários	420	363
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano empresa	91	449
Opções de ações outorgadas reconhecidas plano controlador	43	897
	734	1.874
	18.748	14.435

(*) Efeito no resultado da provisão para o pagamento de bônus, benefício que será pago somente se as metas corporativas forem atingidas.

22. OUTROS CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

De acordo com os procedimentos de consolidação proporcional da LLX Minas-Rio, os saldos devedores e credores entre as partes relacionadas foram eliminados e as participações indiretas que cabem à Anglo American Participações, detentora de 49% da LLX Minas-Rio, foram destacadas no balanço patrimonial na rubrica de créditos e obrigações com terceiros.

a) Créditos com terceiros

Em 31 de dezembro de 2011, o crédito decorrente do mútuo da Companhia com a LLX Minas-Rio, correspondente aos 49% de participação da Anglo American Participações, é de R\$201.936 (R\$204.544 em 31 de dezembro de 2010), acrescido de juros do período.

Também inclui R\$10.838 (51% de R\$21.250 de participação da LLX Açú na G3X) referentes à opção de compra da Pedreira Sapucaia que a G3X detém contra terceiros.

b) Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações com terceiros totalizam R\$308.276 (R\$209.149 em 31 de dezembro de 2010). Desse montante, R\$6.342 (R\$3.767 em 31 de dezembro de 2010) corresponde às notas de débito de rateio de despesas entre a controlada em conjunto LLX Minas-Rio e a AFMR (controlada da Anglo American Participações detentora de 49% da controlada em conjunto LLX Minas-Rio) e R\$202.101 (R\$205.382 em 31 de dezembro de 2010) corresponde à dívida atualizada da LLX Minas-Rio com a Anglo American Participações.

O total registrado como obrigações com terceiros ainda conta com o montante de R\$95.370, relativos a adiantamentos efetuados diretamente pela AFMR, tendo em vista o *Master Agreement*, que estão classificados no passivo circulante e sua realização esperada no próximo exercício.

Em 14 de novembro de 2011, a LLX Açú adquiriu a G3X, que por sua vez está adquirindo a Pedreira Sapucaia. O montante a pagar a terceiros em 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.462 (51% de R\$8.750 de participação da LLX Açú na G3X), conforme Nota Explicativa nº 7.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	2011		2010	
Instituições	Principal	Juros	Total	Total
Banco Bradesco S.A. – I	345.180	67.851	413.031	359.587
Banco Bradesco S.A. – II	467.686	46.617	514.303	-
(-) Custo de transação – II	(8.776)	743	(8.033)	-
	804.090	115.211	919.301	359.587
Circulante	345.180	67.851	413.031	-
Não circulante	458.910	47.360	506.270	359.587

I - Em 19 de setembro de 2008, a controlada LLX Açú captou junto ao Banco Bradesco S.A. uma linha de empréstimo-ponte no montante de R\$190.000, com vencimento em 8 de setembro de 2010 e juros anuais de 129,3% do CDI. Estes recursos são parte do acordo que a LLX Açú firmou com o Banco Bradesco S.A. em novembro de 2007 com a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo fossem disponibilizadas. Na data do vencimento, o contrato foi aditado, os juros devidos foram totalmente pagos e foram captados mais R\$155.180. Sobre esta nova linha de empréstimo, incidirão, anualmente, reajuste de 100% do CDI e juros de 2,95% a.a., que serão pagos em uma única parcela em 28 de agosto de 2012, ao final do período contratado.

II - Em 4 de maio de 2011, a controlada LLX Açú assinou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S.A., sendo liberado o montante de R\$467.686, com juros de CDI, acrescido de 3,23% a.a.. Esse empréstimo tem vencimento do principal e juros em 23 de abril de 2013. Sobre esse contrato incidirá custo de transação referente a IOF no montante de R\$8.776, aumentando a taxa efetiva de CDI + 3,23% a.a. para CDI + 4,23% a.a..

Para disponibilizar esses recursos, foram concedidas ao Banco Bradesco S.A. garantias dos acionistas da LLX Açú (LLX e Açú Centennial Asset Participações Açú S.A.), proporcionais a suas participações de 70% e 30%, respectivamente.

Estes empréstimos não estão sujeitos a cláusulas de *covenants* e não incorrem em custos de transações significativos.

Os empréstimos e financiamentos estão avaliados ao custo amortizado, o que se aproxima do valor justo, no montante de R\$929.313.

Cronograma de amortização da dívida

Ano de Vencimento	Consolidado	
	2011	2010
2012	-	359.587
2013	514.303	-
	514.303	359.587

24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher são apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ISS	17	4	1.554	280
IPTU	-	-	421	422
PIS/COFINS	-	-	426	-
ICMS	3	17	2.179	30
IRPJ/CSLL	11.626	15.766	24.145	31.858
IRRF	534	376	21.763	13.460
IOF	-	161	-	557
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	57	32	741	697
CIDE	-	2	-	438
II	-	-	-	3
	12.237	16.358	51.229	47.745
Circulante	12.237	16.358	19.241	24.608
Não circulante (*)	-	-	31.988	23.137

(*) Referem-se à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em decorrência do resultado financeiro apurado em 2007 pela controlada LLX Minas-Rio, objeto de questionamento judicial conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.

• Resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IR/CSLL	(29.125)	3.488	(69.745)	(26.425)
Resultado das empresas que não contribuíram para a despesa do IRPJ e CSLL	-	-	(68.110)	-
Lucro ajustado	(29.125)	3.488	(1.635)	(26.425)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(9.903)	1.186	(556)	(8.985)
Adições temporárias:				
Ajuste RTT Lei 11.638/07 - Despesas diferidas	-	-	5.574	28.160
Provisão para gratificação	3.786	2.383	3.786	2.557
Provisão para doação de imobilizado	-	-	-	11
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	6
Provisão para contingências trabalhistas	-	37	-	37
Adições permanentes:				
Opção de compra de ações	6.023	3.209	6.023	3.210
Perda com equivalência patrimonial	16.621	28.753	-	-
Patrocínio	110	-	110	-
Brindes	3	-	3	-
Impostos incidentes sobre doações	19	-	19	-
Outras adições permanentes	-	3	-	305
Exclusões temporárias:				
Reversão provisão para contingências trabalhistas	(37)	-	(37)	-
Reversão provisão para gratificação	(2.383)	(1.457)	(2.383)	(1.466)
Exclusões permanentes:				
Ganho em equivalência patrimonial	(2.381)	(15.480)	-	-
Total antes da compensação de prejuízos fiscais	11.858	18.634	12.539	23.835
Dedução - Incentivos fiscais - 4%	(208)	-	(208)	-
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	(2.844)	-	(2.844)
Adicional de IR	(24)	(24)	(48)	(72)
Total de IRPJ e CSLL corrente no exercício	11.626	15.766	12.283	20.919
Provisão para gratificação	1.403	2.384	1.230	2.557
Consumo prejuízo fiscal	-	(2.844)	-	(2.844)
Ajuste Lei 11.638/07 - diferido ativo	-	-	23.443	21.371
Ajuste Lei 11.638/07 - diferido passivo	-	-	(102)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	5.238	-
Amortização despesa 41%	-	-	(621)	-
Reversão de contingência trabalhista	(37)	37	(37)	37
Total IRPJ e CSLL diferido	1.366	(423)	29.151	21.121
Alíquota efetiva	-40%	452%	-18%	-79%
Total IRPJ e CSLL do exercício	10.260	16.189	(16.868)	(202)

Resultado financeiro pré-operacional

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real devem registrar no ativo fiscal diferido o saldo líquido negativo (devedor) entre receitas e despesas financeiras, quando provenientes de recursos classificáveis como resultado financeiro pré-operacional. Se o saldo for positivo (credor), tal diferença diminuirá o total das despesas pré-operacionais registradas. O eventual excesso remanescente deverá compor o lucro real do exercício.

No exercício apresentado, houve registro de despesas pré-operacionais menores do que as receitas financeiras auferidas, o que resultou em valores de imposto de renda e contribuição social a recolher na controlada GSA no valor de R\$657.

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são parte em ações judiciais de natureza civil e em processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades.

Baseada na avaliação de seus assessores legais quanto à possibilidade de perda nesses processos, a controlada LLX Minas-Rio registrou provisão para contingência de R\$765 (R\$390 relativos a 51% de participação da LLX) decorrente da ação que move contra a Prefeitura de São João da Barra, contestando a cobrança da Taxa de Parcelamento de Solo para desmembramento de um imóvel de 300 hectares localizado na Fazenda Saco D'antas, bem como uma provisão no valor de R\$2.504 (R\$1.277 relativo a 51% pela participação da LLX) pela ação para instituição da servidão minerária da Pedreira Itaóca até 31 de dezembro de 2012, bem como o arbitramento de indenização à proprietária pelo uso do imóvel que foi totalmente realizado no exercício.

O Ministério Público Federal ("MPF") ajuizou Ação Civil Pública ("ACP") em Campos contra a LLX Açú, LLX Minas-Rio, INEA e ANTAQ pretendendo a paralisação das atividades e a anulação dos atos administrativos emitidos por esses dois entes públicos. As companhias apresentaram manifestação contra a liminar e apresentaram suas contestações. Em sua defesa, além de vários outros argumentos técnicos e jurídicos, os réus demonstram a legalidade das licenças e autorizações expedidas (presunção de legalidade dos atos administrativos), o cumprimento de todos os requisitos legais e procedimentais junto ao INEA e à ANTAQ e demonstram a impossibilidade jurídica de alguns dos pedidos do MPF (como, por exemplo, a declaração incidental de inconstitucionalidade). A liminar foi indeferida e o MPF interpôs agravo de instrumento, cujo provimento foi negado monocraticamente pelo Desembargador relator, mantendo integralmente a decisão que indeferiu a liminar. Em 14 de junho de 2010, a 6ª Turma negou seguimento ao recurso de agravo interno interposto pelo MPF. Em seguida, o MPF interpôs Recurso Especial e a LLX apresentou contra razões. O Recurso está atualmente na Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal ("STF - 2") aguardando julgamento sobre sua admissibilidade, para, em seguida, ser remetido ao Superior Tribunal de Justiça. A análise de risco dos advogados indica um risco possível (com mensuração específica de extrema dificuldade).

O MPF ajuizou ACP em Belo Horizonte contra a LLX Açú, LLX Minas-Rio e MMX Minas-Rio, AFMR, Estado de Minas Gerais, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e INEA pretendendo a paralisação das atividades, e a anulação dos licenciamentos ambientais de todo o empreendimento do sistema Minas-Rio. As empresas apresentaram manifestação contra a liminar demonstrando, além de vários outros argumentos técnicos e jurídicos, a legitimidade do MPF para impugnar os licenciamentos dos órgãos estaduais ambientais, a legalidade das licenças e autorizações expedidas (presunção de legalidade dos atos administrativos) e a inexistência de determinação legal para que os três empreendimentos sejam licenciados conjuntamente (com respaldo na decisão da autoridade ambiental de licenciá-los separadamente). Em 17 de dezembro de 2009, o Juiz proferiu decisão indeferindo a liminar pleiteada pelo MPF, alegando, entre outros motivos, que a eventual invalidação de licença ambiental só deve ser tomada em decisão definitiva; não em liminar. Contra tal decisão o MPF interpôs Agravo de Instrumento, convertido em Agravo Retido no dia 28 de abril de 2011. No processo principal as provas documentais foram juntadas e aguarda-se a manifestação das partes. As companhias confiam que, no mérito, tanto o agravo de instrumento como a ACP serão julgados integralmente improcedentes.

A Companhia constituiu provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$109 em 31 de dezembro de 2010, que foi integralmente revertida em 31 de março de 2011, pois foi firmado acordo e a reclamada Profil Alumínio Ltda. se comprometeu a efetuar o pagamento, ficando a Companhia como responsável subsidiária.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social

Em 1º de março de 2010, a Companhia comunicou ao mercado que o Sr. Eike Fuhrken Batista transferiu para sociedade EBX, a título de integralização de aumento de capital social, 197.234.162 ações ordinárias de emissão da Companhia do total de 209.643.902.

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia divulgou ao mercado que a sociedade EBX transferiu para o Sr. Eike Fuhrken Batista, em função de reestruturação societária do Grupo EBX, 197.234.162 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 28,5% do Capital Social da LLX.

Em 20 de setembro de 2010, a Administração aprovou aumento de capital no montante de R\$106, mediante a emissão de 171.200 ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de ações, conforme Nota Explicativa nº 31.

Em 28 de outubro de 2010, em decorrência do acervo cindido na cisão parcial da LLX Sudeste S.A., houve a redução de capital no total de R\$52.557, sem o cancelamento de ações. Nessa mesma data, em virtude do Direito de Retirada, pelo qual optaram alguns acionistas, foram retiradas de circulação e classificadas como ações em tesouraria a quantidade de 129.900 ações, no montante de R\$182.

Em 9 de dezembro de 2010, a Administração aprovou aumento de capital, no montante de R\$403, mediante emissão de 442.800 ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de ações, conforme Nota Explicativa nº 31.

Em 17 de dezembro de 2010, a Administração aprovou um aumento de capital, no montante de R\$223, mediante emissão de 240.000 ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de ações, conforme Nota Explicativa nº 31.

Em 29 de abril de 2011, as ações classificadas como ações em tesouraria foram canceladas, passando a quantidade de ações de 693.417 mil para 693.290 mil.

Em 12 de dezembro de 2011, a Administração aprovou um aumento de capital, no montante de R\$336, sendo R\$261 integralizado no ato e R\$83 a integralizar, mediante emissão de 322.800 ações ordinárias, em decorrência de exercício de opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia está representado por 693.741.377 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

Acionistas	Qtde. (mil)	%
Eike Fuhrken Batista	206.770	29,81
Centennial Asset Mining Fund LLC	165.175	23,80
OTPP	124.119	17,89
Norges Bank	40.484	5,84
Outros	157.193	22,66
	693.741	100,00

b. Reserva de Capital

Em 17 de janeiro de 2008, a OTPP efetuou um aporte de capital na LLX através da emissão de 903.530 novas ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$0,01, pelo preço global de emissão de R\$327.764 (equivalente na data a US\$185.000 mil), dos quais R\$9 foram destinados ao capital social e R\$327.755 foram destinados à constituição de reserva de ágio na emissão de ações. Em 19 de junho de 2008, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, na proporção de uma nova ação ordinária para cada ação preferencial detida.

Em 28 de maio de 2009, houve aporte de capital considerando R\$6, com destinação para reserva de ágio.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

27. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

	Consolidado	
	2011	2010
Básico		
Numerador básico:		
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(39.385)	(12.701)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	693.339	692.619
Prejuízo por ação (em R\$) – Básico e Diluído	(0,05680)	(0,01834)

A quantidade de 14.917 mil opções de ações, Nota Explicativa nº 31, não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011, não há diferenças entre o prejuízo básico e diluído.

28. RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta	17.244	12.265
Impostos sobre aluguel - (PIS/COFINS)	(1.595)	(1.156)
Receita líquida de aluguel	15.649	11.109

A receita bruta está composta exclusivamente por aluguel de terrenos a empresas que estão integrando as instalações do Superporto do Açú, constatando entre as partes relacionadas à MPX e a OSX e as empresas NKT Flexíveis Indústria e Serviços de Tubo Flexíveis Ltda. ("NKTf") e Interroom do Brasil Serviços Offshores de Instalação Ltda. ("Interroom").

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Companhia apresenta as despesas por empresa e por natureza, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
LLX	(84.129)	(40.273)	(84.129)	(40.273)
LLX Açú	-	-	(44.094)	(27.851)
LLX Minas-Rio	-	-	(21.205)	(28.225)
LLX Brasil	-	-	(381)	(52)
GSA	-	-	(15)	(51)
PAS	-	-	(9)	-
SDX	-	-	(5)	-
	(84.129)	(40.273)	(149.838)	(96.452)
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários e encargos	(29.579)	(9.484)	(39.824)	(18.564)
Pagamento baseados em ações	(5.434)	(1.637)	(5.434)	(1.637)
Honorários da administração (<i>stock options</i>)	(12.282)	(7.803)	(12.282)	(7.803)
Serviços de terceiros	(9.035)	(7.403)	(21.313)	(22.039)
Material de consumo	(162)	(40)	(681)	(329)
Viagens e estadias	(1.148)	(771)	(2.396)	(1.954)
Aluguéis e arrendamentos	(3.834)	(1.245)	(8.131)	(6.178)
Impostos e taxas	(64)	(72)	(7.792)	(1.636)
Depreciação e amortização	(544)	(200)	(11.321)	(14.471)
Editais e publicações	(789)	(372)	(2.756)	(993)
Seguros diversos	(169)	-	(1.346)	(2.447)
Recursos compartilhados	(18.939)	(10.771)	(25.725)	(13.352)
Representações e eventos	(137)	(67)	(2.115)	(2.577)
Despesas diversas	(2.013)	(408)	(8.722)	(2.472)
	(84.129)	(40.273)	(149.838)	(96.452)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras:				
Perdas e provisão para perda na liquidação de <i>hedge</i>	-	-	-	(8.599)
Despesas bancárias	(236)	(332)	(247)	(338)
IOF	(99)	(100)	(539)	(4.693)
Corretagem e comissões	(1)	(116)	(215)	(187)
Juros sobre mútuo	(34)	-	(34)	-
Juros	(100)	(91)	(78.312)	(34.488)
Variação cambial	(2)	(10)	(12)	(51)
Variação monetária	(5)	-	(5)	-
	(477)	(649)	(79.364)	(48.356)

Receitas financeiras:

Ganho na provisão de ganho na liquidação de <i>hedge</i>	-	-	-	23.963
Juros sobre mútuo	79.121	71.214	79.121	71.214
Juros sobre aplicações financeiras	17.011	12.175	46.294	26.443
Juros ativos	23	164	7.435	1.598
Variação cambial	-	-	6	108
Variação monetária	-	5	393	490
Outros	-	-	10	37
	96.155	83.558	133.259	123.853
	95.678	82.909	53.895	75.497

Resultado financeiro líquido

Em 14 de outubro de 2010, a controlada LLX Minas-Rio liquidou antecipadamente todas as operações de *hedge* para proteção patrimonial, não possuindo posições em aberto em 31 de dezembro de 2011.

31. PLANOS DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

a) Opções de ações outorgadas pelo acionista controlador

O plano do acionista controlador contempla opções de compra de ações outorgadas a executivos da Companhia e de outras empresas do grupo EBX. Este plano representa um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, dos administradores e executivos considerados pelo acionista controlador como recursos fundamentais para o sucesso da Companhia, sem que isso implique em diluição dos seus acionistas não controladores.

Este plano não possui um programa pré-aprovado, contrariamente ao plano da Companhia. O controlador do Grupo EBX concede o plano aos beneficiários com base em contratos negociados individualmente.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo das ações monta a R\$10.447. Este valor é registrado no resultado do exercício em contrapartida da conta de reserva de capital, no patrimônio líquido, tendo em vista que o mesmo é efetivamente suportado pelo acionista controlador e não implica em emissão de novas ações pela Companhia.

As opções de ações outorgadas pelo acionista controlador são destinadas a executivos e administradores da LLX, que receberam opções de compra de ações da MMX, LLX, MPX, OGX e OSX, conforme demonstrado nos quadros a seguir. A condição da outorga de cada lote consiste em que o colaborador permaneça na Companhia até a data da respectiva maturação.

	MMXM3	LLXL3	MPXE3	OGXP3	OSXB3
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011					
	27.129	2.582.873	14.103	279.804	1.195
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 (R\$/ação)					
	6,67	3,37	46,50	13,62	11,50
Volatilidade esperada					
	73,68%	55,73%	38,53%	49,29%	42,30%

Ação Objeto	Preço de exercício	Preço da ação na data da outorga	Valor justo médio das opções	Data da outorga	Quantidade de opções outorgadas	Quantidade exercida/ expirada	Quantidade não exercida	Efeito no resultado valor justo apropriado (em \$ 000)
LLX	R\$0,88 + CDI pro rata a partir de 1/12/2009	R\$4,90	R\$4,51	22/5/2008	1.474.094	442.228	1.031.866	813
LLX	R\$0,01	R\$4,90	R\$4,89	19/6/2008	1.244.720	1.244.720	-	43
LLX	R\$0,88 + CDI pro rata a partir de 1/12/2009	R\$5,88	R\$5,17	8/9/2009	1.874.094	374.819	1.499.275	1723
MPX	R\$0,01	R\$47,50	R\$47,49	28/4/2008	10.580	10.580	-	25
MMX	R\$0,11	R\$8,60	R\$8,55	28/8/2009	271.227	54.244	216.983	407
LLX	R\$0,88	R\$3,60	R\$3,30	28/8/2009	517.329	103.464	413.865	298
MPX	R\$0,88	R\$17,39	R\$17,35	28/8/2009	140.958	28.190	112.768	429
OGX	R\$0,18	R\$10,77	R\$10,68	28/8/2009	2.797.986	559.596	2.238.390	5.245
OSX	R\$3,192	R\$28,00	R\$27,93	28/8/2009	298.300	59.650	238.650	1.464
							Total	10.447

b) Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2007, aprovou um Programa de Opção de Compra de Ações de sua emissão. De acordo com este programa, o Conselho de Administração poderá outorgar opções de compra de ações, que representem não mais do que 1% do total de ações constituintes do capital da Companhia, em favor de administradores, executivos e colaboradores da Companhia. A cada ano de vigência do programa, poderá ser criado, se julgado oportuno e conveniente pelo Conselho de Administração, um plano que, se implementado, deverá ser estruturado com base nos critérios definidos no regulamento do programa.

Em 19 de junho de 2008, os acionistas, em decorrência da cisão da MMX, aprovaram a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 1"), em favor dos participantes do programa de outorga da MMX que são membros do Conselho de Administração da Companhia. O preço de exercício de tais opções e o número de ações passíveis de serem adquiridas, bem como as datas em que tais ações poderão ser exercidas, são idênticos àqueles fixados para cada beneficiário nos termos do programa de outorga da MMX.

Em 28 de outubro de 2008 o Conselho de Administração aprovou a implementação de novo plano de opção de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Plano 2"), a eleição dos beneficiários e a outorga de opções de subscrição de ações ordinárias nominativas. O Plano 2 contempla a outorga de opções de subscrição de 2.614.000 ações ordinárias da Companhia, as quais poderão ser exercidas na proporção de 20% para cada aniversário da outorga.

Em 29 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 2.

Em 31 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital decorrente do exercício da primeira parcela das opções outorgadas com base no Plano 1.

No segundo trimestre de 2010, foram canceladas 160.000 opções do Plano 2.

Em 20 de setembro de 2010, todas as opções dos Planos 1 e 2 maturadas em 21 de julho de 2010 e 23 de julho de 2010, respectivamente, foram exercidas por meio de aumento de capital registrado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2010, sendo que 482.800 opções do Plano 2 foram exercidas conforme registro em Atas de Reunião do Conselho de Administração de 9 e 17 de dezembro de 2010. Além das opções maturadas, foi exercida a compra de mais 240.000 opções sob forma de antecipação de direito. As datas de maturação dos direitos remanescentes ocorrem em 28 de outubro dos anos de 2011, 2012 e 2013.

No dia 29 de janeiro de 2011, foram canceladas 42.800 opções do Plano 1 devido ao falecimento de um dos beneficiários.

Em 9 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a implementação de outro plano de opção de compra ("Plano 3") ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a eleição dos beneficiários e outorga de opções de subscrição de ações ordinárias nominativas, o qual, no decorrer do período foi desmembrado em quatro sub-planos (3a, 3b, 3c e 3d). Os Planos 3, 3a, 3b, 3c e 3d, contemplam as outorgas de opções de subscrição de 11.140.000 (em 9 de fevereiro de 2011), 500.000 (em 7 de junho de 2011), 1.090.000 (em 18 de julho de 2011), 1.250.000 (em 25 de julho de 2011) e 500.000 (em 1 de agosto de 2011), respectivamente, de ações ordinárias da Companhia, as quais poderão ser exercidas na proporção de 10% por ano nos quatro primeiros anos e 20% por ano nos três últimos anos, em cada aniversário da outorga.

Segue abaixo o detalhamento dos planos:

Planos	1	2	3	3a	3b	3c	3d
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2011	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37	R\$ 3,37
Volatilidade esperada	70,84%	70,84%	70,84%	70,84%	70,84%	70,84%	70,84%
Taxa de juros livre de risco	3,63%	4,45%	4,84%	4,67%	4,66%	4,79%	5,09%

Plano	Valor justo unitário das opções	Preço de exercício das opções	Data da outorgas	Permanência no plano (anos)	Quantidade de opções outorgadas	Quantidade exercida / expirada e/ou canceladas	Quantidade não exercida	Efeito no resultado valor justo apropriado (em R\$000)
1	R\$ 1,29	R\$0,12 e R\$2,31	19/6/2008	5	727.600	42.800	171.200	87
2	R\$ 2,42	R\$ 1,04	28/10/2008	5	2.614.000	442.800	765.600	42
3	R\$ 1,51	R\$ 3,51	9/2/2011	7	11.140.000	500.000	10.640.000	6.312
3a	R\$ 1,56	R\$ 3,75	7/6/2011	7	500.000	-	500.000	230
3b	R\$ 1,58	R\$ 3,85	18/7/2011	7	1.090.000	-	1.090.000	420
3c	R\$ 1,59	R\$ 3,80	25/7/2011	7	1.250.000	-	1.250.000	466
3d	R\$ 1,63	R\$ 3,69	1/8/2011	7	500.000	-	500.000	167
Total					17.821.600	985.600	14.916.800	7.724

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e as informações gerenciais internas.

A LLX possui segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes estratégias. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, o Grupo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

• Segmento Administração de retroárea

Área do Parque Industrial do Superporto do Açú, onde serão instalados diversos empreendimentos industriais, tais como usinas termelétricas UTE da MPX, siderúrgicas, cimenteiras, UCN da OSX, automobilísticas, unidades pelotizadoras para minério de ferro, além de uma unidade de tratamento de petróleo (“UTP”). O Superporto do Açú possui 13.000 hectares, com 441 hectares de áreas locadas, até o momento, que estão sendo arrendadas a empresas industriais do setor, principalmente do setor petroleiro. Inclui ainda, no segmento de Administração de retroárea, o canal de acesso, *onshore* e *offshore*, em cujas margens estão localizados o estaleiro e as empresas que arrendarem as retroáreas às margens do canal.

• Segmento Portuário

É formado por dois terminais portuários, denominados TX1 e TX2.

O terminal TX1 movimentará minério de ferro e há expectativa de movimentar petróleo. Sua ponte totaliza três quilômetros de extensão, permitindo a atracação de navios de grande capacidade como Capesize, VLCCs e Chinamax. A profundidade deste terminal poderá atingir 25 metros.

Pelo terminal TX2, composto por pátio logístico de 212 hectares, serão movimentados produtos metalúrgicos, ferro-gusa, escória, rochas ornamentais (em especial, granito), petróleo e carvão mineral. Este terminal contará com uma extensão aproximada de três quilômetros de cais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela diretoria do Grupo LLX. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos em relação a outras entidades que operam nestas atividades.

i. Demonstração do resultado por segmento

Demonstração do resultado por segmento em 31 de dezembro de 2011	Administração			Ajustes e	
	de retroárea	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Receita de aluguel	15.649	-	-	-	15.649
Resultado bruto	15.649	-	-	-	15.649
Receitas (despesas) operacionais	(38.677)	(16.358)	(124.803)	40.549	(139.289)
Administrativas e gerais	(44.094)	(21.615)	(84.129)	-	(149.838)
Outras receitas	9.510	13.357	1.384	-	24.251
Outras despesas	(5.425)	(8.100)	(177)	-	(13.702)
Resultado de equivalência patrimonial	1.332	-	(41.881)	40.549	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(23.028)	(16.358)	(124.803)	40.549	(123.640)
Resultado Financeiro	(43.751)	1.968	95.678	-	53.895
Receitas financeiras	33.752	3.352	96.155	-	133.259
Despesas financeiras	(77.503)	(1.384)	(477)	-	(79.364)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(66.779)	(14.390)	(29.125)	40.549	(69.745)
IR e CSLL corrente	-	(657)	(11.626)	-	(12.283)
IR e CSLL diferido	22.161	5.624	1.366	-	29.151
Prejuízo do exercício	(44.618)	(9.423)	(39.385)	40.549	(52.877)

ii. Ativos e passivos por segmento

Ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2011	Administração			Ajustes e	
	de retroárea	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	189.722	132.436	267.376	-	589.534
Ativo realizável a longo prazo	99.812	57.281	436.202	(192.370)	400.925
Investimentos	38.363	-	240.490	(278.853)	-
Propriedades para investimentos	95.176	-	-	-	95.176
Imobilizado	531.159	620.373	7.914	-	1.159.446
Intangível	58.552	8.636	402	(31.700)	35.890
Diferido	60.695	714	-	(61.409)	-
Total do ativo	1.073.479	819.440	952.384	(564.332)	2.280.971
Passivo					
Passivo circulante	475.265	368.097	33.270	(244.949)	631.683
Passivo não circulante	508.075	235.591	-	-	743.666
Patrimônio líquido	90.139	215.752	919.114	(319.383)	905.622
Total passivo e patrimônio líquido	1.073.479	819.440	952.384	(564.332)	2.280.971

Demonstração do resultado por segmento em 31 de dezembro de 2010	Administração			Ajuste e	
	de retroárea	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Receita de aluguel	11.109	-	-	-	11.109
Resultado bruto	11.109	-	-	-	11.109
Receitas (despesas) operacionais	(24.053)	(28.329)	(76.427)	35.618	(93.191)
Administrativas e gerais	(27.850)	(28.329)	(40.273)	-	(96.452)
Outras receitas	3.370	-	-	-	3.370
Outras despesas	-	-	(109)	-	(109)
Resultado de equivalência patrimonial	427	-	(36.045)	35.618	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(12.944)	(28.329)	(76.427)	35.618	(82.082)
Resultado Financeiro	(21.737)	14.325	82.909	-	75.497
Despesas financeiras	(35.888)	(10.830)	(1.638)	-	(48.356)
Receitas financeiras	14.151	25.155	84.547	-	123.853
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(34.681)	(14.004)	6.482	35.618	(6.585)
IR e CSLL corrente	(4.958)	(195)	(15.766)	-	(20.919)
IR e CSLL diferido	16.719	4.825	(423)	-	21.121
Prejuízo do exercício	(22.920)	(9.374)	(9.707)	35.618	(6.383)

Ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2010	Administração			Ajustes e	
	de retroárea	Portuário	Corporativo	eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	133.483	35.949	276.710	-	446.142
Ativo realizável a longo prazo	62.920	40.920	420.315	(193.269)	330.886
Investimentos	29.948	-	268.720	(298.668)	-
Imobilizado	179.600	610.195	2.128	-	791.923
Intangível	61.676	924	357	(31.700)	31.257
Diferido	60.695	714	-	(61.409)	-
Total do ativo	528.322	688.702	968.230	(585.046)	1.600.208
Passivo					
Passivo circulante	22.871	262.589	28.237	(245.848)	67.849
Passivo não circulante	359.586	232.780	109	-	592.475
Patrimônio líquido	145.865	193.333	939.884	(339.198)	939.884
Total passivo e patrimônio líquido	528.322	688.702	968.230	(585.046)	1.600.208

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$1.588.761 (R\$558.844 em 31 de dezembro de 2010), que deverão ser cumpridos de acordo com as datas de vencimento dos contratos, como segue:

Natureza dos contratos	LLX Minas-Rio			
	Data da assinatura	Data do vencimento	2011	2010
Assessoria técnica em estudo e implantação do Superporto do Açú (minério)				
Logos Engenharia	11/12/2007	31/8/2012	4.760	1.543
SDC do Brasil	30/11/2007	(a)	5.208	11.007
Shangai Dredging	30/11/2007	(a)	2.043	5.053
Ecologus Engenharia Consultiva	28/2/2010	28/2/2012	-	2.060
Arcoenge	13/6/2008	(a)	4.382	15.161
Outros			172	976
			16.565	35.800
Máquinas e equipamentos para o Superporto do Açú				
Bardella S.A. Indústrias Mecânicas	21/12/2007	(a)	1.167	8.548
TMSA - Tecno Moageria	21/7/2008	28/12/2012	2.855	15.872
Lintra Linhas de Transmissão Ltda.	30/10/2008	(a)	2.636	3.028
Arteche	07/11/2008	(a)	510	-
Outros			-	7.041
			7.168	34.489
Projeto e construção das obras <i>offshore</i> do Superporto do Açú:				
Consórcio ARG Civilport – LMR/023-07	14/9/2007	(a)	6.314	24.971
Consórcio ARG Civilport – BW	13/1/2010	(a)	163.043	166.859
SG&A				
Outros			7.999	6.949
			177.356	198.779
			201.089	269.068

Natureza dos contratos	LLX Açú e LLX			
	Data da assinatura	Data do vencimento	2011	2010
LLX Açú				
<i>Serviços de elaboração de projeto conceitual, projeto básico e construção da infraestrutura para a construção do Superporto do Açú :</i>				
Acciona Infraestructuras S.A.(b)	3/5/2011	25/3/2014	728.392	-
Boskalis Bras. Dragagem Marit. (c)	29/7/2011	28/10/2013	373.095	-
Superintendência do Patrimônio da União (“SPU”) (d)	6/10/2010	6/10/2030	124.663	130.775
Elecnor do Brasil Ltda.	7/11/2011	5/1/2013	59.330	-
Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) (f)	10/9/2010	27/12/2013	10.233	15.350
2R Serviços Técnicos Ltda.	6/9/2011	5/9/2013	7.320	-
Mecanorte Construções e Empreendimentos	12/12/2011	27/1/2012	5.499	-
Logos	10/11/2008	(a)	4.079	14.464
Acciona Ingenieria S.A.	8/11/2010	(a)	3.935	6.920
Control Ambiental Engen. e Planejam.	1/7/2011	31/1/2015	3.578	-
CTA Serviços em Meio Ambiente Ltda.	18/10/2011	17/10/2013	3.260	-
Jan de Nul Brasil Dragagem (e)	17/11/2010	(a)	3.241	63.629
T.M.R.R.Silva Zeladorial Ltda.	23/11/2010	23/11/2013	3.212	6.194
Promon Engenharia Ltda.	27/7/2011	26/7/2012	2.801	-
Vereda Estudos e Execução de Proj. Ltda.	23/12/2010	23/2/2012	1.047	2.307
Ecologus Engenharia Consultiva Ltda.	19/11/2010	18/7/2012	991	1.988
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	25/5/2011	24/1/2015	770	-
EBTE Engenharia Ltda.	24/8/2011	19/6/2012	239	-
Outros			39.885	43.673
			1.375.570	285.300

LLX

Serviços administrativos diversos

Total

(a) A data de encerramento está vinculada à data de entrega do serviço conforme estabelecido contratualmente, porém está sujeita a fatores climáticos ou outros impeditivos.

(b) Acciona Infraestructuras S.A. - Serviços para a construção do quebra-mar com tecnologia em caixões de concreto armado fabricados no Dique Flutuante Kugira. Este quebra-mar destina-se ao canal de acesso para o terminal TX2, que será utilizado tanto para a movimentação de cargas diversas quanto para a UCN da OSX Brasil S.A. e por empresas de apoio *offshore*.

(c) Boskalis do Brasil Dragagem - Serviços de construção civil *onshore* e *offshore*, abrangendo projeto executivo, limpeza do terreno, escavações, dragagens, aterros hidráulicos e proteção de talude em Rip-Rap. Esses serviços visam à implantação do canal de acesso, bacia de evolução e canal de atracação que servirá para as operações da UCN da OSX Brasil S.A. e Terminal Sul - TX2 do Superporto do Açú.

(d) SPU - Contrato de concessão onerosa de arrendamento de espaço físico em águas públicas.

(e) Elecnor do Brasil Ltda. - Projeto executivo relativo à construção de sistema de transmissão em 345 KV e um “*bay*” de entrada na subestação de Campos. A LLX Açú poderá, a seu critério, optar em até 60 dias da emissão da ordem de serviço, pela contratação de execução de obras civis, montagem eletromecânica e energização de sistema de transmissão em 345 KV e um “*bay*” de entrada na subestação de Campos.

(f) FUNBIO - Primeiro aditivo ao termo de compromisso de compensação ambiental nº 12/2009 (“SNUC”).

Os contratos com Acciona Infraestructuras S.A. (letra (b)) e Boskalis do Brasil Dragagem Marítimo (letra (c)), fazem parte do acordo entre a LLX e OSX Brasil S.A., para construção do canal *onshore* de acesso a UCN, que será construído em parcerias 51% e 49%, e deverão ser objeto de cessão parcial dos contratos nesta proporção, conforme Nota Explicativa nº 21.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia tem uma política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

A política da Diretoria no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento pluri-anual.

As descrições dos saldos contábeis consolidados e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão identificadas a seguir:

	Consolidado					
	2011		2010			
	Valor justo	Valor contábil	Mensuração	Valor justo	Valor contábil	Mensuração
Ativos						
Caixa e bancos	21.477	21.477	Custo amortizado	166	166	Custo amortizado
Aplicações financeiras	386.108	386.108	Valor justo	114.581	114.581	Valor justo
Títulos e valores mobiliários	-	-	Valor justo	3.252	3.252	Valor justo
Depósitos bancários vinculados	24.866	24.866	Custo amortizado	59.729	59.729	Custo amortizado
Outros créditos com terceiros	212.774	212.774	Custo amortizado	204.544	204.544	Custo amortizado
Partes relacionadas	17.401	17.401	Custo amortizado	231.640	231.640	Custo amortizado
Créditos com terceiros	32.178	32.178	Custo amortizado	21.147	21.147	Custo amortizado
Passivos						
Fornecedores	(63.792)	(63.792)	Custo amortizado	(23.182)	(23.182)	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	(929.313)	(919.301)	Custo amortizado	(412.628)	(359.587)	Custo amortizado
Obrigações com terceiros	(308.276)	(308.276)	Custo amortizado	(209.149)	(209.149)	Custo amortizado
Partes relacionadas	(4.164)	(4.164)	Custo amortizado	(2.869)	(2.869)	Custo amortizado
Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado apresentados acima se aproximam dos valores de mercado, exceto os empréstimos e financiamentos cujo valor de mercado é de R\$929.313 em 31 de dezembro de 2011 (R\$412.628 em 31 de dezembro de 2010).						

a. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de avaliação. Essas técnicas incluem uso de operações recentes contratadas com terceiros, uso de outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelo de precificação de *swap* (NDF), ou seja, técnicas que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e sofrem influência mínima de informações geradas pela Administração.

Instrumentos financeiros “não-derivativos”

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e da Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos e financiamentos – Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas de taxas de juros da BM&F e da Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas. Em relação às taxas decorrentes da BM&F e da Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio e o eventual *spread* bancário, por serem considerados irrelevantes.

Aplicações financeiras – As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDB’s estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

b. Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia estabelece prioridade para preços cotados (não ajustados) em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

• Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

• Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

• Nível 3: dados extraídos do modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a classificação por nível hierárquico apresenta-se da seguinte forma:

Instrumentos financeiros	Nível	Consolidado	
		2011	2010
Ativos			
Aplicações financeiras	2	386.108	114.581
Títulos e valores mobiliários	2	-	3.252

Tal estratégia visava exclusivamente proteger a Companhia e suas controladas contra flutuações cambiais, com instrumentos defensivos de *hedge*, uma vez que a política do grupo contra riscos financeiros não permite qualquer alavancagem com intuito especulativo.

Os principais fatores de risco que compõem os instrumentos derivativos utilizados são decompostos a fim de elucidar a exposição a cada componente. Além disso, os vencimentos para as operações seguem a melhor estimativa do fluxo de caixa baseada nos orçamentos da Companhia e suas controladas.

Sempre que há liquidez a preços dentro de uma curva esperada de mercado, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros com prazo de vencimento o mais próximo possível da data estimada para pagamento de suas obrigações no longo prazo, garantindo assim impactos pouco significativos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia. Caso os instrumentos disponíveis não atendam à necessidade de prazo de cobertura, podem ser contratados vencimentos mais curtos, os quais são alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais afastados.

(c.2) *Risco de Mercado: taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia e das suas controladas auferirem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Em 8 de setembro de 2010, a controlada LLX Açú repactuou R\$190.000 e captou mais R\$155.180 junto ao Banco Bradesco S.A., em uma nova linha de empréstimo-ponte, que serão pagos em única parcela em 28 de agosto de 2012, com garantia proporcional dos seus acionistas LLX e Centennial Asset Logística.

Sobre estes empréstimos incidirão, anualmente, juros de 100% do CDI, acrescidos de *spread* de 2,95% a.a., que serão pagos integralmente ao final do período contratado.

Em 4 de maio de 2011, a controlada LLX Açú assinou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S.A., sendo liberado o montante de R\$467.686, com juros de CDI, acrescido de 3,23% a.a.. Esse empréstimo tem vencimento do principal e juros em 23 de abril de 2013.

Sobre esse contrato incidiu custo de transação referente a IOF de R\$8.776, alterando a taxa efetiva de CDI + 3,23% a.a. para CDI + 4,23% a.a..

Estes recursos são parte do acordo que a instituição financeira firmou com a LLX Açú em novembro de 2007 e têm a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo sejam contratadas e disponibilizadas.

Análises de sensibilidade para empréstimos e financiamentos

A Companhia e suas controladas elaboraram cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de *stress* em cada fator de risco que compõe o instrumento utilizado pela Companhia e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. O fator de risco considerado relevante para a Administração da empresa é o DI CETIP (“CDI”).

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário atual: foi considerada a taxa do CDI de 30 de dezembro de 2011;
- Cenário I: considerando um choque positivo de 25% na taxa do CDI a partir do cenário atual;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 50% na taxa do CDI a partir do cenário atual.

Para o CDI foram aplicados os seguintes percentuais:

DI-CETIP Base (30/12/2011): Cenário atual = 10,87% a.a.

- Cenário I: + 25% = 3,77% a.a.

- Cenário II: +50% = 16,74% a.a.

		Valor principal (BRL 000)	Valor principal + Juros (BRL 000)	Análises de Sensibilidade	
				Cenário I Valor justo (BRL 000) 25% para cima	Cenário II Valor justo (BRL 000) 50% para cima
	Vencimento	31/12/2011	31/12/2011	13,77%	16,74%
Banco Bradesco S.A.	28/08/2012	345.180	413.031	431.112	449.663
Banco Bradesco S.A.	24/03/2013	467.686	514.303	526.725	539.471
Total consolidado		812.866	927.334	957.837	989.134

(c.3) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

Os passivos financeiros têm vencimentos de curto prazo, os quais incluem fornecedores e partes relacionadas, empréstimos e financiamentos. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos de juros, sendo o montante de caixa e equivalente de caixa disponível suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo.

O passivo financeiro relacionado a obrigações com terceiros refere-se à dívida da LLX junto à Anglo American Participações, que será liquidada quando o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (“BNDES”) for liberado.

Consolidado						
31 de dezembro de 2011						
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	63.792	63.792	-	-	-	-
Partes relacionadas	4.164	4.164	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	919.301	-	450.867	594.348	-	-

(c.4) *Risco de crédito*

Este risco decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise de “*rating*” das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo Sistema de Classificação de Risco Bancário - “*Risk Bank*”, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando-se inclusive uma postura mais conservadora do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*.

Quadro de risco de crédito

Instrumentos financeiros	Nota	Consolidado	
		2011	2010
		407.585	114.747
Caixa e equivalentes de caixa	8		
Títulos e valores mobiliários	9	-	3.252
Ativos disponíveis para venda	11	91.203	-
Depósitos vinculados	12	24.866	59.729
Depósitos restituíveis	15	13.162	-
Outros créditos com terceiros	22	212.774	204.544
		749.590	382.272

1. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

LLX Logística S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LLX Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LLX Logística S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quadro de classificação de risco “Índice Risk Bank”

Banco	Classificação de risco	Índice Risk Bank
Bradesco	Baixo risco para longo prazo	11,61
Itaú Unibanco	Baixo risco para longo prazo	11,92
Votorantim	Baixo risco para longo prazo	10,43
Santander	Em monitoramento	10,18
Banco do Brasil	Risco Federal	10,34
CEF	Risco Federal	10,23
HSBC (Brasil)	Baixo risco para longo prazo	10,33

35. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2011	2010
Riscos operacionais:		
Danos materiais	7.111.080	4.174.339
Responsabilidade civil	383.695	156.300

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Licença Prévia para obras do terminal Sul TX2

Em 10 de fevereiro de 2012, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (“CECA”), emitiu a Licença Prévia E-07/509.206/2010 à LLX Açú, para obras de implantação do TX2, localizado no Superporto do Açú.

Mudança de CFO na LLX

Foi comunicado em 6 de março de 2012, a indicação de Leonardo Gadelha, que até então vinha desempenhando a função de CFO da LLX, para o cargo de CFO da CCX (denominação informal para fins de mercado), empresa que implementará o projeto integrado de mineração de carvão na Colômbia. A CCX será resultado da cisão da MPX, operação que deverá ser concluída depois de cumpridas as condições estabelecidas na parceria anunciada entre MPX e E.ON.

Para ocupar a função de CFO da LLX, foi anunciada a contratação de Eugenio Figueiredo, executivo da EBX Holding, responsável pela gerência de *Project Finance* nos últimos 4 anos, onde participou de diversos IPO’s, negociações internacionais e desenvolvimento de novos projetos.

Eugenio Figueiredo possui 12 anos de experiência nas áreas financeira e desenvolvimento de negócios. Iniciou sua carreira no Grupo EBX há 6 anos como analista financeiro na MMX. Em 2008, passou a integrar a equipe de *Corporate Finance* da EBX Holding.

LLX aprova empréstimo-ponte com BNDES

Em 20 de março de 2012, a LLX (Bovespa: LXL3) comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua subsidiária LLX Açú celebrou com o BNDES empréstimo-ponte no valor de R\$518 milhões para financiar as obras civis relativas ao aterro hidráulico, dragagem e construção de quebra-mar, bem como os demais investimentos iniciais relativos ao projeto de implantação do Superporto do Açú. O desembolso do empréstimo está sujeito ao cumprimento de condições precedentes.

A contratação deste financiamento demonstra o suporte financeiro importante que a LLX encontra junto aos seus parceiros para o desenvolvimento do seu empreendimento de construção do Superporto do Açú, maior investimento em infraestrutura portuária na América Latina, que se posicionará entre os 3 maiores portos do mundo e movimentará até 350 milhões de toneladas de carga.

O Superporto do Açú está estrategicamente localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, na região Sudeste do país, responsável por aproximadamente 75% do PIB brasileiro. Composto por 2 terminais (TX1 e TX2) e por um Complexo Industrial com uma retroárea de 90 km², o Superporto do Açú atrai empresas líderes nos seus setores, que quando instaladas irão se beneficiar da malha rodoviária e ferroviária existentes, assim como de energia 30% mais barata e ICMS de 2% ao invés de 18%.

O TX1 é um terminal *offshore* formado por uma ponte de acesso de 3 km concluída em março de 2010 e dragagem realizada para o canal de acesso com profundidade inicial de 21 metros (podendo chegar a 26 metros). O TX2 é um terminal *onshore* constituído por um canal de 6,5 km de extensão e 300 m de largura, com 13 km de cais e profundidade que varia entre 18,5 m e 10 m. O Superporto do Açú possui 2 milhões de m² para a instalação de indústrias de apoio *offshore* e se qualifica para tornar-se o mais importante pólo de apoio para a indústria de petróleo e gás, capaz de movimentar até 2 milhões de barris de petróleo por dia, 100 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, carvão, produtos siderúrgicos e outros granéis sólidos e líquidos.

Constituição de empresa controlada

Em 3 de janeiro de 2012, a LLX Açú constituiu a empresa LLX Empresa Brasileira de Navegação S.A., com prazo de duração indeterminado. O capital social de R\$1.000,00 (mil reais) dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Essa Companhia tem como objetivo prover o transporte aquaviário, podendo operar nas navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e apoio portuário.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Eike Fuhrken Batista - Presidente
Eliezer Batista da Silva - Presidente Honorário
Carlos Alberto de Paiva Nascimento - Conselheiro Independente
Ellen Gracie Northfleet - Conselheiro Independente
Flavio Godinho - Conselheiro
Luiz do Amaral de França Pereira - Conselheiro Independente
Paulo Monteiro Barbosa Filho - Conselheiro
Samir Zraick - Conselheiro Independente

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA
Otávio de Garcia Lazcano - Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Leonardo Pimenta Gadelha - Diretor Econômico - Financeiro
Cláudio Dias Lampert - Diretor
Luiz Alfredo Osório de Castro - Diretor
Luiz Eduardo Simonetti Baroni - Diretor
Pablo Javier de La Quintana Bruggeman - Diretor
Valeska Ferreira Barros - Gerente de Controladoria Contadora CRC-RJ-089637-O-5

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da LLX Logística S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da LLX Logística S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as controladas LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., LLX Brasil Operações Portuárias S.A., GSA - Grussai Siderúrgica do Açú S.A., Porto Açú Siderurgia S.A., SDX Investimentos S.A. e G3X Engenharia S.A. encontram-se em fase pré-operacional. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, bem como as controladas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis. A falta dos referidos recursos financeiros levantará sérias dúvidas quanto à continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão descritos na nota explicativa nº 1.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

 KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ	Rio de Janeiro, 19 de março de 2012	Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa Contador CRC RJ-052428/O-2
---	-------------------------------------	---